

ROBERTA ROCHA RIBEIRO

**A TRANSITIVIDADE EM CARTAS DO LEITOR À LUZ DO FUNCIONA-
LISMO**

Goiânia
2009



Termo de Ciência e de Autorização para Disponibilizar as Teses e Dissertações Eletrônicas (TEDE) na Biblioteca Digital da UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás-UFG a disponibilizar gratuitamente através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD/UFG, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor(a):	Roberta Rocha Ribeiro		
CPF:		E-mail:	letras.roberta@gmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo Empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
CNPJ:			
Título:	A transitividade em cartas do leitor à luz do funcionalismo		
Palavras-chave:	transitividade; carta do leitor; funcionalismo; tipologia textual; gêneros textuais		
Título em outra língua:	The transitivity in the genre letter of the reader in the functionalists conceptions of the language		
Palavras-chave em outra língua:	transitivity; letter of the reader; functionalism; textual typology; textual genre		
Área de concentração:	Estudos Lingüísticos		
Data defesa: (dd/mm/aa)	17/03/2009		
Programa de Pós-Graduação:	Letras e Lingüística		
Orientador(a):	Vânia Cristina Casseb-Galvão		
CPF:		E-mail:	vcasseb2@terra.com.br
Co-orientador(a):			
CPF:		E-mail:	

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____ Gostaria que não fosse divulgado os anexos.

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: 09/ 12 / 2009

Assinatura do(a) autor(a)

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

ROBERTA ROCHA RIBEIRO

**A TRANSITIVIDADE EM CARTAS DO LEITOR À LUZ DO
FUNCIONALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Orientadora: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão.

Goiânia
2009

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

Ribeiro, Roberta Rocha.
R484t A transitividade em cartas do leitor à luz do funcionalismo [manuscrito] / Roberta Rocha Ribeiro. - 2009.
111 f. : il., figs, qds., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, quadros e tabelas.

1. Transitividade (lingüística) 2. Carta do leitor – Funcionalismo 3. Tipologia textual. 4. Gêneros textuais I. Título.

CDU: 81'42

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão (UFG)

Presidente

Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (UFC)

Titular

Profa. Dra. Christiane Cunha de Oliveira (UFG)

Titular

Profa. Dra. Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago (UFG)

Suplente

Aos meus pais, Antônio e Dorcas,
e ao meu esposo, Julierme.

Agradecimentos

A Deus, por ter me propiciado a oportunidade de cursar o mestrado.

Aos meus pais, Antônio e Dorcas, pelo amor, carinho, suporte emocional e financeiro. Obrigada por, desde sempre, se desdobrarem em prol de minha educação.

Ao meu esposo, Julierme, que me apoiou, com muito amor e paciência, em todo percurso de produção deste trabalho. Agradeço imensamente por me amar, por estar ao meu lado e por me compreender nos momentos difíceis.

Ao meu irmão Rodrigo e à minha cunhada Thaís. Obrigada pelo carinho e amizade.

À Renata, minha irmã consangüínea e *das letras*. Agradeço pelas orientações primeiras a respeito do universo acadêmico. Ao Anderson, meu cunhado, pelo incentivo de sempre.

À Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão que, desde a graduação, me orienta com atenção, de modo ativo, perfectivo, pontual. Obrigada por compartilhar comigo de seu vasto conhecimento lingüístico, por buscar sanar minhas dúvidas com seriedade, bem como por me instigar na percepção e análise da transitividade. Você é uma profissional competente e uma pessoa muito especial.

À Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira e à Profa. Dra. Christiane Cunha de Oliveira, que, gentilmente, aceitaram o convite para compor minha banca de defesa.

À Profa. Dra. Christiane Cunha de Oliveira e à Profa. Dra. Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago, pelas valiosas contribuições durante meu exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Oto Araújo Vale, por ter me apresentado a Lingüística.

À Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale, por ter semeado, em meu segundo ano de graduação, as primeiras noções a respeito do funcionalismo.

À Profa. Dra. Sílvia Lúcia Bigonjal Braggio, à Profa. Dra. Joana Plaza Pinto e ao Prof. Dr. Manoel de Souza e Silva. Cada um, à sua maneira, contribuiu muito em minha formação acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, pelas aulas ministradas e pelas discussões teóricas produtivas.

À Profa. Dra. Lusinete Vasconcelos de Souza, pela gentileza de ceder os textos de seus alunos para esta pesquisa. Obrigada também por dividir comigo sua experiência docente e seus conhecimentos lingüísticos.

Aos alunos da Profa. Dra. Lusinete Vasconcelos de Souza, os usuários da língua que formaram meu *corpus* de análise.

Aos meus co-irmãos de orientação Cássia, Jair e Maria Cristina. Agradeço pela amizade, carinho, trocas de conhecimento e pelo convívio agradável.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Municipal Maria da Terra, pelo apoio e pela compreensão quando precisei me ausentar durante a conclusão desta pesquisa.

À amiga Cássia, que, durante o mestrado, se tornou uma pessoa muito importante em minha vida. Obrigada pela amizade, pelo carinho, por ter auxiliado na revisão do meu trabalho. Você, com sua generosidade e sensibilidade, é, de fato, uma pessoa muito especial e iluminada.

À amiga Maria Cristina, que, desde nosso primeiro dia de aula na graduação em Letras, esteve ao meu lado nas disciplinas e em âmbito pessoal. Obrigada por ser essa pessoa tão amiga e verdadeira. Obrigada por ter sempre me estendido a mão. Você é muito importante para mim.

Usamos a língua para aprovar e desaprovar; para expressar crença, opinião, dúvida; para incluir no grupo social ou excluir dele; para perguntar e responder; para expressar sentimentos pessoais; para ganhar intimidade, para cumprimentar, prostrar, despedir-se; de todos esses e muitos outros modos.

Halliday (1978)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
TRANSITIVIDADE: UM PERCURSO TEÓRICO.....	17
1.1. Considerações gerais.....	17
1.2. A noção de transitividade escalar de Hopper; Thompson (1980).....	22
1.3. A noção de transitividade semântica de Givón (1984, 1993a).....	30
1.4. A transitividade de acordo com Halliday (1985): a oração como representação das experiências.....	40
CAPÍTULO 2	
O GÊNERO CARTA DO LEITOR.....	58
2.1. Os gêneros do discurso.....	58
2.2. O gênero carta do leitor.....	63
CAPÍTULO 3	
METODOLOGIA.....	66
3.1. Considerações gerais.....	66
3.2. A composição do <i>corpus</i>	66
3.3. O CEPAE/UFG e a escolha do gênero carta do leitor.....	69
3.4. Procedimentos metodológicos.....	71
CAPÍTULO 4	
ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO TRANSITIVA SOB O PONTO DE VISTA SINTÁTICO-SEMÂNTICO.....	73
4.1. Considerações gerais.....	73
4.2. Ação prototípica.....	75
4.3. Ação não-prototípica.....	83
4.4. Relação entre gênero, tipologia textual e transitividade.....	92

CONSIDERAÇÕES FINAIS105

REFERÊNCIAS.....109

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1. Modelo de interação verbal.....	61
Quadro 1: Parâmetros sintático-semânticos propostos por Hopper; Thompson (1980).....	24
Quadro 2: Individuação do objeto.....	28
Quadro 3: Funções típicas de grupo e de classes de frase.....	43
Quadro 4: Tipos e modos de processos relacionais.....	49
Quadro 5: Organização do <i>corpus</i>	67
Quadro 6: Seqüências textuais da carta do leitor.....	99
Tabela 1: Análise quantitativa dos verbos a partir da noção de dinamismo verbal.....	74

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a tendência da organização transitiva no gênero carta do leitor. Para tanto, nos apoiamos nas concepções funcionalistas da linguagem, que consideram a língua em uso, a interação verbal, bem como as intenções comunicativas dos usuários da língua na interação. No que tange à transitividade, os estudos funcionalistas, em geral, afirmam que o fenômeno é sintático-semântico, de abrangência frasal e não se esgota no nível do verbo. O verbo é o núcleo gerador de toda a estrutura argumental da sentença e cada argumento auxilia na constituição transitiva. A transitividade, nesse sentido, organiza a sentença e, conseqüentemente, o texto, o discurso. Portanto, é um fenômeno de cunho organizacional. A partir desse pressuposto, optamos por investigar os usos da transitividade em textos produzidos em ambiente escolar. Nosso *corpus* é composto de cartas do leitor escritas por alunos de quarta série, do ano de 2003, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG). Observamos o fenômeno no gênero carta do leitor e, por isso, consideramos também os pressupostos a respeito de gênero do discurso (BAKHTIN, 2000) e de tipologia textual (ADAM, 2001; MARCUSCHI, 2005). Iniciamos nossa análise verificando, nos textos selecionados para a análise qualitativa, os Estados de Coisas que os verbos representam partindo da noção de dinamismo verbal (DIK, 1997; NEVES, 2000). Constatamos que 40.18% dos verbos denotam ação, 10.50% expressam processo, 21.91% representam posição e 27.39% exprimem estado. Diante desses dados quantitativos, decidimos observar a tendência da transitividade em ocorrências constituídas de verbos de ação, devido à grande recorrência. Dessa maneira, escolhemos sentenças e enunciados com verbos de ação prototípicos e não-prototípicos. Na seção *ação prototípica*, notamos que, em geral, as ocorrências são formadas com verbos de ação, perfectivos, sujeito humano (ou humanizado) agentivo, intencional. O comportamento dos objetos varia, pois há casos em que o objeto sofre afetamento total, e também há objetos com afetamento parcial. Na seção *ação não-prototípica*, a estrutura da sentença se assemelha a dos verbos de ação prototípicos. A diferença está no sentido dos verbos, que expressam ações do plano mental, do dizer e no fato de o objeto, em geral, também denotar materialidade nesses planos. Após essa etapa de observação qualitativa da transitividade nas ocorrências, traçamos a relação entre o fenômeno, o gênero carta do leitor e a tipologia textual. Nesse sentido, percebemos que, mesmo em um gênero de opinião, os verbos de ação aparecem em maior quantidade,

independentemente do tipo textual que estrutura os textos. Essa recorrência se deve ao fato de os alunos, para fins argumentativos, usarem com frequência o tipo narrativo, que pede verbos de ação. Desse modo, a organização transitiva das cartas do leitor analisadas tende a alcançar graus mais altos (HOPPER; THOMPSON, 1980). Em outras palavras, a transitividade do *corpus* pesquisado tende a se aproximar da estrutura transitiva prototípica SN1 Vtrans SN2, em que SN1 é sujeito agente, Vtrans é verbo de ação e SN2 é o objeto paciente.

Palavras-chave: transitividade; carta do leitor; funcionalismo; gêneros do discurso; tipologia textual.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the trend of the transitive organization in the genre letter of the reader. For in such a way, we support in them in the functionalists conceptions of the language, that consider the language in use, the verbal interaction, as well as the communicative intentions of the users of the language in the interaction. In what it refers to the transitivity, the functionalists' studies, in general, affirm that the phenomenon is syntactic-semantic, of phrasal scope and it is not depleted in the level of the verb. The verb is the generating nucleus of all the argument structure of the sentence and, each argument, assists in the transitive constitution. The transitivity, in this way, organizes the sentence and, consequently, the text, the discourse. Therefore, it is a phenomenon of organizational matrix. In this manner, we opt to investigating the uses of the transitivity in texts produced in pertaining to school environment. Our *corpus* is composed of letters of the reader written by fourth series' pupils, in 2003, the Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG). Thus, we observe the phenomenon in the genre letter of the reader and, therefore, we also consider, the discourse genre theory (BAKHTIN, 2000) and of textual typology (ADAM, 2001; MARCUSCHI, 2005). We initiate our analysis verifying, in the texts selected for the qualitative analysis, the States of Affairs that the verbs represent leaving of the notion of verbal dynamism (DIK, 1997; NEVES, 2000). We evidence that 40.18% of the verbs denote action, 10.50% express process, 21.91% represent position and 27.39% are state verbs. Ahead of these quantitative data, we decide to observe the trend of the transitivity in consisting occurrences of action verbs, due to great recurrence. In this way, we choose declared sentences and with prototypical and no-prototypical verbs of action. In the section prototypic action, we notice that, in general, the occurrences are formed with verbs of action, perfectives, citizen human (or humanized) agentive, intentional. The behavior of objects varies, therefore it has cases where the object is totally affected, and also has objects who is partially affected. In the section no-prototypical action, the structure of the sentence if is similar of the prototypical verbs of action. The difference is in the direction of the verbs, that express action of the mental plan, saying and in the fact of the object, in general, also to denote materiality in these plans. After this stage of qualitative comment of the transitivity in the occurrences, we trace the relation between the phenomenon, the sort letter of the reader and the literal typology. In this direction, we perceive that, exactly in a sort of

opinion, the action verbs appear in bigger amount, independently of the literal type that structure the texts. This recurrence is due to the fact of the pupils, for argumentative ends, frequently to use the narrative type, that asks for action verbs. In this manner, the transitive organization of the analyzed letters of the reader tends to reach higher degrees (HOPPER; THOMPSON, 1980). In other words, the transitivity of the searched corpus tends to approach to transitive structure prototypic NP1 Vtrans NP2, where NP1 is subject agent, Vtrans is action verb and NP2 is the patient object.

Key-words: transitivity; letter of the reader; functionalism; discourse genre; textual typology.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado *A transitividade em cartas do leitor à luz do funcionalismo*, tem como objetivo principal analisar a organização transitiva em cartas do leitor produzidas no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG).

A transitividade é um fenômeno, segundo os pressupostos funcionalistas, de cunho organizacional. O verbo funciona como núcleo gerador da estrutura argumental da sentença. Assim, cada argumento contribui na constituição transitiva do evento. Essa noção é compartilhada pelos autores Hopper; Thompson (1980), Givón (1984, 1993a) e Halliday (1985), que são os principais suportes teóricos desta pesquisa.

Hopper; Thompson (1980) propõem um tratamento gradiente à transitividade, a partir de dez parâmetros sintático-semânticos que contemplam todos os argumentos de uma sentença. A transitividade terá grau mais alto se aproximar-se do protótipo SN1 Vtrans SN2, em que SN1 é sujeito agente, intencional, Vtrans é verbo que denota ação, perfectividade, pontualidade e SN2 é objeto paciente.

A transitividade terá grau mais baixo se o evento se afastar dessa noção de prototipia. Ou seja, se no evento não houver um sujeito agente, ou se houver um verbo que exprime estado, posição ou um objeto não-afetado pelas ações do sujeito, a organização transitiva tende a se desviar do protótipo SN1 Vtrans SN2.

Givón (1984, 193a) também reconhece a gradiência do fenômeno, bem como a noção de transitividade prototípica. Partindo desses pressupostos, o autor trata, semanticamente, dos objetos tanto de eventos transitivos prototípicos quanto dos objetos que se distanciam do protótipo. E Halliday (1985) vê a transitividade em âmbito oracional. A oração, por sua vez, é a representação de experiências humanas. Segundo ele, os usuários da língua processam, mentalmente, essas experiências a fim de expressá-las na língua.

Nesse sentido, Halliday (1985) afirma que a transitividade organiza as relações entre processos, participantes e circunstâncias. Esses três elementos compõem a oração e expressam os propósitos comunicativos dos falantes.

Esses três estudos sedimentam a concepção de transitividade adotada nesta pesquisa. Contudo, como o *corpus* de análise é composto de cartas do leitor, também temos como suportes teóricos os trabalhos a respeito de gêneros do discurso de Bakhtin (2000), e também acerca dos tipos textuais (ADAM, 2001; MARCUSCHI, 2005).

Esse diálogo teórico se faz necessário porque analisamos a transitividade em um gênero do discurso (carta do leitor). Esse gênero possui características e funcionalidades próprias, que garantem sua veiculação no mundo. Tais características e funcionalidades se dão tanto em âmbito sintático, estrutural quanto em âmbito do sentido, do discurso.

Dessa maneira, a relação existente entre transitividade e gênero (carta do leitor) é a de que um mecanismo gramatical que organiza a sentença contribui na organização do texto, do discurso. Os estudos de Hopper; Thompson (1980), Givón (1984, 1993a) e Halliday (1985) concentram-se no viés sintático-semântico do fenômeno. Contudo, percebemos a viabilidade de articular sintaxe e gênero, pois, para esses autores, existe uma relação de condicionamento discursivo (funcional) das propriedades da transitividade.

Considerando as noções funcionalistas a respeito da transitividade e a relação do fenômeno com o gênero do discurso, nossas perguntas de pesquisa, as quais orientam a análise pretendida são:

1. Como a transitividade é disposta em cartas do leitor?
2. O gênero influencia nessa disposição?
3. Há uma forma recorrente de constituição do gênero no que tange sua materialidade lingüística?

Com essas perguntas como eixos motivadores, este estudo se divide em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Transitividade: um percurso teórico*, traça um percurso teórico da transitividade, de acordo com os pressupostos funcionalistas. Apresentamos, com maiores detalhes, as concepções de Hopper; Thompson (1980), Givón (1984, 1993a) e Halliday (1985).

O segundo capítulo traz a concepção de carta do leitor, amparada na sócio-discursividade principalmente de Bakhtin (2000). Neste capítulo também mostramos as proximidades, no que tange à linguagem, entre concepções discursivas e postulados funcionalistas da linguagem.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, a constituição do *corpus* e, por isso, um reconhecimento a respeito do CEPAE/UFG, considerando as práticas de ensino de língua materna ali ocorridas.

O quarto capítulo é composto da análise qualitativa da transitividade, com o intuito de verificar a tendência desse fenômeno no *corpus*. Esta pesquisa apresenta seus resultados nas *Considerações finais*, em que demonstramos nossas reflexões gerais partindo das perguntas de pesquisa já mencionadas.

CAPÍTULO 1

TRANSITIVIDADE: UM PERCURSO TEÓRICO

1.1. Considerações gerais

Os fenômenos constituintes da linguagem humana suscitam, devido aos seus construtos, às suas estruturas e aos seus sentidos, variadas perspectivas de análise pautadas em direcionamentos teóricos diversos. Uma sentença, por exemplo, pode ser analisada sob as égides formais, funcionalistas, semânticas, pragmáticas, lexicográficas, discursivas etc. Assim, quando se observa um fenômeno lingüístico é preciso definir um recorte teórico e metodológico coerente para que os objetivos do trabalho sejam cumpridos de modo consistente e adequado.

No caso deste trabalho, adotamos como escopo teórico a perspectiva funcionalista da linguagem. Um estudo cujo arcabouço teórico seja a teoria funcionalista tem como pressuposto a interação social, o uso da língua em situação *real*, bem como as funções dos elementos componentes dessa mesma língua. Ou seja, tal teoria está voltada para a competência comunicativa dos falantes.

Segundo Dik (1997), a concepção de competência comunicativa constitui-se na linguagem como instrumento de interação social, possibilitando as relações comunicativas entre humanos ¹. Desse modo, a interação social, a língua em uso e a competência comunicativa se configuram como elementos básicos para abordagens funcionalistas da linguagem.

Essa concepção vai ao encontro das idéias de Halliday (1973) a respeito das funções da linguagem. Para o autor, toda língua se organiza por meio de três aspectos: o ideacional (ou reflexivo) e o interpessoal (ou ativo), ressaltando, ainda, a existência de um outro, o textual. Esses três significados compõem as chamadas metafunções que, por sua vez, estão consolidadas no uso lingüístico, ou seja, a língua está a serviço do processo de interação humana.

A metafunção ideacional expressa o conteúdo a ser dito em um ato de fala. O falante e o ouvinte, em situação cooperativa de comunicação, expõem por meio da

¹ Neves (1994, p. 109) ressalta que, ao tratar de competência comunicativa, faz-se uma “verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente”.

língua as suas experiências acerca do que estão dizendo. É essa metafunção que permite os interlocutores falarem sobre o que é intrínseco e/ou extrínseco à sua consciência como indivíduo.

A outra metafunção, a interpessoal, demonstra o papel social que a linguagem possui; ela é um meio de o homem participar do ato de fala. Nessa função, os interlocutores se posicionam em relação ao que estão dizendo, pois apresentam julgamentos, preferências, pensamentos, opiniões, sugestões etc. E a terceira metafunção, a textual, é instrumental para as duas funções anteriores. Ela materializa a ideacional e a interpessoal, possibilitando o discurso.

Nessa perspectiva, como assegura Neves (1994, p. 111), o texto é unidade operacional, em que a função textual está ligada “à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua relação com o contexto”. Essas três metafunções acontecem simultaneamente, sendo possível reconhecê-las no momento de interação verbal.

Nesse sentido, o presente capítulo traz à baila um percurso teórico de cunho funcionalista a respeito da transitividade. Isso se faz necessário porque o intuito maior do trabalho é analisar a transitividade em cartas do leitor produzidas por alunos de quarta série, no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG), logo, trata-se de uma análise do uso da língua em situação de interação.

A análise da construção transitiva mostra-se como uma pesquisa produtiva, visto que o fenômeno demonstra-se básico na organização lingüística dos textos em determinado gênero. Assim, observar a transitividade em cartas do leitor escritas em ambiente escolar pode revelar importantes nuances das estruturações possíveis desse gênero dentro de condições de produção definidas. Nessa linha, nota-se que a transitividade permite vislumbrar os processos e parâmetros sintático-semânticos desenvolvidos no momento de produção textual a fim de materializar e difundir no mundo o gênero do discurso.

Com o intuito de iniciar o percurso teórico pretendido, apresentaremos conceitos de transitividade a partir da noção da Gramática Tradicional, considerando as concepções de Bechara (2004) e Cunha; Lindley Cintra (2001).

Bechara (2004, p. 415) discute a transitividade na seção intitulada “Conhecendo melhor o predicado: núcleo e determinantes”, que trata do predicado. Ele diz que os verbos transitivos carecem de uma “delimitação semântica” e quem desempenha o papel

de delimitar semanticamente verbos dessa natureza são os *argumentos* ou *complementos verbais*. Um exemplo de verbo transitivo, conforme Bechara (2004, p. 415; grifos do autor):

(01) *Eles precisam de socorro*

Outros verbos são os de significado lexical. Esse tipo de verbo expressa, por si só, o sentido pretendido no enunciado, não exigindo a complementação via outros signos léxicos. Eles são, portanto, os verbos denominados *intransitivos*. Bechara (2004, p. 415; grifo do autor) apresenta o seguinte exemplo de verbo intransitivo:

(02) *Ela não trabalha*

O autor finda essa exposição afirmando que “a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática” (BECHARA, 2004, p. 415).

Cunha; Lindley Cintra (2001) também tratam da transitividade na seção de predicado verbal, e dizem que o núcleo do predicado é o verbo significativo. Este pode ser intransitivo ou transitivo. Nos verbos intransitivos, “a ação não vai além do verbo”, como no exemplo abaixo (CUNHA; LINDLEY CINTRA, 2001, p. 135):

(03) *Sobe a névoa... A sombra desce...*

Os verbos transitivos, por sua vez, pedem a presença de termos a fim de “complementar-lhes o significado (...) o processo verbal não está integralmente contido [nos verbos], mas se transmite a outros elementos” (CUNHA; LINDLEY CINTRA, 2001, p. 136). Para os autores, são exemplos de verbos transitivos:

(04) *Ele não me agradece / nem eu lhe dou tempo*

A gramática de Cunha; Lindley Cintra (2001) destaca, ainda, que os verbos transitivos podem ser diretos, indiretos ou diretos e indiretos.

Percebemos, então, que Bechara (2004) e Cunha; Lindley Cintra (2001) seguem um mesmo direcionamento: a transitividade é uma propriedade que diz respeito somente

ao verbo. E a explicação dessa propriedade é pautada no sentido que o verbo expressa. Isso significa que a concepção de verbos transitivos diretos, indiretos ou diretos e indiretos – bem como os intransitivos – está amparada nas relações estabelecidas no plano da organização argumental e a partir da noção de categorias ontológicas. Logo, o verbo fica sendo o único elemento responsável pela transitividade.

Segundo Neves (1991), essa concepção tradicional não prevê a participação de todos os elementos da oração na construção transitiva, visto que o conceito de transitividade está mais associado ao verbo. Nessa concepção explica-se o fenômeno, de natureza sintática, através da semântica. Por isso, a visão tradicional é criticada por estudos de orientação funcionalista.

A transitividade para Hopper; Thompson (1980) é o mecanismo que tem como função organizar a frase e, conseqüentemente, o texto. Ela é, portanto, de caráter organizacional, de abrangência frasal e o verbo se comporta como núcleo gerador da estrutura transitiva. Essa perspectiva é o ponto de partida deste trabalho.

Nessa linha, cumpre tecer um questionamento. Se o funcionalismo considera a transitividade como *organizadora* da frase e, portanto, do texto, do discurso, o que impulsiona a realização dessa função? A resposta para essa pergunta pode estar relacionada ao princípio chamado iconicidade. Tal princípio é um dos constituintes das bases conceptuais da gramática funcional.

Nos termos de Croft (1990), a iconicidade é o principal tipo de motivação externa para a estrutura lingüística. Isso significa dizer que as experiências de mundo vivenciadas pelos usuários de uma língua motivam a seleção de estruturas lingüísticas em um instante de interação verbal. Logo, “a estrutura da linguagem reflete, de certo modo, a estrutura da experiência” (CROFT, 1990, p. 164).

Givón (2001) afirma que a iconicidade deve ser apreciada em uma visão cognitiva da linguagem, com a finalidade de se observar a motivação e a não-arbitrariedade da relação entre forma e função lingüísticas. Dessa maneira, as leituras de Givón (1984, 1993a) demonstram que as categorias lingüísticas são motivadas iconicamente. Essas motivações ocorrem no plano da extensão da natureza conceptual e comprovam a não-arbitrariedade das estruturas.

Neves (2006) constrói um conceito de iconicidade atrelado às visões de Croft (1990) e de Givón (2001):

a consideração de uma motivação icônica para a forma lingüística, a consideração de que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual (NEVES, 2006, p. 23).

Dessa maneira, é possível inferir que a iconicidade propicia o entendimento da motivação que impulsiona a organização transitiva, assim como da maioria dos fenômenos de constituição lingüística. A motivação, nesse sentido, se dá no plano da experiência. Martelotta; Areas (2003) endossam esse raciocínio, uma vez que a iconicidade permite engendrar traços relacionados

à extensão da sentença, assim como à ordenação e à proximidade dos elementos lingüísticos que a compõem, dependendo de fatores como complexidade semântica, grau de informatividade dos referentes no contexto e proximidade semântica entre conceitos (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 26).

A relação entre forma e função, como já foi mencionado, é não-arbitrária e isso significa que os usos têm diferentes formas de se manifestar na interação verbal. Contudo, os fenômenos lingüísticos apresentam, de um modo geral, alguma regularidade para determinados contextos e em distintos momentos de interação, constituindo uma direção prototípica.

A noção de protótipo, para Neves (2006), consiste em conhecer que há um representante que detém as características mais salientes, típicas de uma dada categoria. Em outras palavras, a prototipicidade nos auxilia na compreensão das características que mais se sobressaem, ou não, em uma categoria lingüística.

Taylor (1989), especialmente no capítulo “A categorização das cores”² destaca que a prototipicidade contribui na construção de categorias lingüísticas sedimentadas nos processos cognitivos constitutivos da linguagem. Essa perspectiva de categorização, para Taylor (1989), não visa codificar usos e estruturas de maneira isolada e estanque. As categorias prototípicas servem de parâmetros na verificação dos diversos usos lingüísticos, sendo eles típicos ou desviantes.

² The categorization of colours

Logo, categorizar a partir de protótipos pode ser entendido como uma espécie de processo metodológico, cuja função é orientar a análise de fenômenos lingüísticos. A prototipicidade cumpre o papel de mostrar, via usos, aquilo que configura uma caracterização marcada (ou não) da linguagem. É válido dizer que essa caracterização não se resume a uma simples classificação. A caracterização é um modo de se perceber e de se observar as posturas possíveis de um protótipo.

No caso da relação transitividade e protótipo, Taylor (1989), partindo de construtos cognitivos, diz que transitividade é um fenômeno de caráter organizacional e seu tratamento, à luz dos protótipos, permite analisar verbos, estruturação oracional e processos de um modo em que se perceba a presença de traços típicos ou desviantes, considerando-se as possibilidades de uso da língua. Esse viés será explicitado mais adiante.

As bases conceptuais da gramática funcional concernentes à iconicidade e aos protótipos estão presentes nas abordagens de transitividade que serão apontadas neste percurso teórico. Nessa perspectiva, este trabalho se divide em três seções: *a noção de transitividade escalar de Hopper; Thompson (1980)*; *a noção de transitividade semântica de Givón (1984, 1993a)* e *a transitividade de acordo com Halliday (1985): a oração como representação de experiências*.

As reflexões de Hopper; Thompson (1980) são consideradas seminais nos estudos a respeito da transitividade, pois eles propuseram o tratamento gradiente para a transitividade a partir de dez parâmetros sintático-semânticos. Givón (1984, 1993a), embasado no aparato escalar de Hopper; Thompson (1980), apresenta contribuições no âmbito semântico. Já Halliday (1985), ao conceber a oração como representação das experiências, vê a transitividade como fenômeno de cunho ideacional e a analisa levando em consideração os processos, os participantes e as circunstâncias, envolvidos na organização oracional.

1.2. A noção de transitividade escalar de Hopper; Thompson (1980)

Hopper; Thompson (1980, p. 251) apontam, em primeira instância, que “a transitividade é tradicionalmente entendida como uma propriedade global da oração, em que a atividade é ‘transferida’ de um agente para um paciente”. Esse princípio é pautado em uma “intuição” acerca do fenômeno e não é descartado por eles, pois denota uma característica universal, ou melhor, uma característica prototípica da transitividade.

Segundo Taylor (1989, p. 206), as propriedades sintáticas básicas da construção transitiva podem ser representadas pela fórmula “SN1 Vtrans SN2”³, em que SN1 é tipicamente um sujeito, Vtrans é um verbo transitivo e SN2 se configura como um objeto direto.

Em outros termos, SN1 é um sujeito agente, Vtrans corresponde ao verbo de ação e SN2 é um paciente afetado pela ação do sujeito. Esses traços prototípicos, então, servem de orientação na análise dos diversos usos transitivos. E, como orientação, o protótipo não se configura como único exemplo de uso lingüístico, pois, como dizem Furtado da Cunha; Souza (2007), de acordo com Hopper; Thompson (1980), não há obrigatoriedade da presença em conjunto de sujeito, verbo e objeto para que um evento seja reconhecido como transitivo.

A partir da noção de protótipo transitivo, Hopper; Thompson (1980, p. 251) definem seus objetivos principais:

1. Mostrar que a transitividade é uma relação crucial da linguagem e isso culmina em diversas conseqüências no que tange à construção gramatical, e;
2. Mostrar que as definições das propriedades da transitividade são discursivamente determinadas.

O objetivo (1), ao articular transitividade à construção gramatical, remete ao caráter organizacional do fenômeno. Isso significa dizer que a transitividade de acordo com Hopper; Thompson (1980) é responsável por organizar toda a oração e, conseqüentemente, o texto e o discurso. Já o objetivo (2) explicita a preocupação de se considerar o espectro discursivo motivador do estabelecimento das propriedades transitivas.

Esse espectro discursivo está intrinsecamente ligado às funções pragmáticas e às intenções dos usuários da língua. Conforme Furtado da Cunha; Costa; Cezario (2003, p. 39), “o modo como o falante organiza seu texto é determinado, em parte, pelos seus objetivos comunicativos e, em parte, pela sua percepção das necessidades do seu interlocutor”.

³ NP1 Vtrans NP2

Nesse momento, é relevante dizer que o trabalho de Hopper; Thompson (1980) não foi desenvolvido com o intuito de se aplicar aos gêneros do discurso. Entretanto, as concepções desse estudo se demonstram produtivas na análise da constituição de um gênero, porque eles reconhecem que é no texto efetivamente realizado que a transitividade se revela.

Hopper; Thompson (1980) propõem um tratamento escalar, gradiente à transitividade a partir de dez parâmetros sintático-semânticos, de abrangência frasal (oracional), que são usados a fim de “medir” o grau de transitividade:

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
1. Participantes	dois ou mais	um
2. Cinese	ação	não-ação
3. Aspecto do verbo	perfectivo	não-perfectivo
4. Pontualidade do verbo	pontual	não-pontual
5. Intencionalidade do sujeito	intencional	não-intencional
6. Polaridade da oração	afirmativa	negativa
7. Modalidade da oração	modo <i>realis</i>	modo <i>irrealis</i>
8. Agentividade do sujeito	agentivo	não-agentivo
9. Afetamento do objeto	afetado	não-afetado
10. Individuação do objeto	individuado	não-individuado

Quadro 1: parâmetros sintático-semânticos propostos por Hopper; Thompson (1980, p. 252)

Tais parâmetros demonstram, nos termos de Pezatti (2004, p. 191), que a transitividade está disposta em um *continuum*; “por isso orações sem **O** [objeto] manifesto podem situar-se em algum lugar da linha contínua e não necessariamente no extremo intransitivo”.

A partir do quadro supracitado, nota-se que as características mais prototípicas asseguram uma transitividade mais alta e as menos prototípicas estão atreladas a uma transitividade baixa. “Cada um desses parâmetros contribui para a ordenação de orações numa escala de transitividade. Assim, é toda a sentença que é classificada como transitiva, e não apenas o verbo” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 37).

É nesse ponto que os estudos de Hopper; Thompson (1980) mais se diferem das abordagens tradicionais acerca da transitividade, uma vez que os autores consideram

que a transitividade diz respeito a toda a oração. Já a Gramática Tradicional visualiza o fenômeno centrado somente no verbo. Bechara (2004, p. 415), ao comentar sobre a diferença entre verbo transitivo e intransitivo diz: “a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática”.

Seguindo-se a exposição dos parâmetros sintático-semânticos, cabe apresentar as bases distintivas e a funcionalidade de cada um deles.

Segundo Hopper; Thompson (1980), os participantes são os elementos envolvidos na situação de interação analisada. Um evento pode ter somente um participante, bem como pode abarcar dois ou mais.

(05) *Batman derrubou o Pingüim com um soco*

(06) *Esse rio tem uma forte correnteza*

Nos exemplos apresentados por Furtado da Cunha; Costa; Cezario (2003, p. 37) é possível detectar que o primeiro evento tem dois participantes com traços humanizados (Batman e Pingüim). Em contrapartida, a segunda sentença apresenta um participante (rio), de traço não-humanizado. Portanto, nesse quesito, *Batman derrubou o Pingüim com um soco* possui transitividade mais alta do que *Esse rio tem uma forte correnteza*.

A cinese está relacionada à natureza do verbo, isto é, se ele é ou não de ação. Pezatti (2004) lembra que a cinese diz respeito à verificação do traço [+ ou -] dinâmico dos verbos. Hopper; Thompson (1980, p. 252) ressaltam que ações podem ser transferidas de um participante para outro. Porém, estados não realizam essa transferência.

(07) *Eu abracei Sally*⁴

(08) *Eu gosto de Sally*⁵

O contraste dos exemplos (07) e (08) esclarece esse parâmetro, pois, na primeira sentença, o verbo *abraçar* denota uma ação transferida. Já na segunda sentença, o verbo

⁴ I hugged Sally

⁵ I like Sally

gostar não apresenta transferência de ação de um participante para outro. *Gostar* encontra-se no campo das experiências afetivas.

O aspecto destaca a relação de telicidade, da observação da transferência completa ou parcial de uma ação. Em outras palavras, o aspecto remete a “uma ação vista do seu ponto final, isto é, uma ação perfectiva ou tética, é mais eficazmente transferida para um participante do que uma ação que não tenha término” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 37). Os exemplos de Hopper; Thompson (1980, p. 252) explicitam essa diferença entre transferência completa e parcial de uma ação:

(09) *Eu comi algo*⁶ (transferência completa)

(10) *Eu estou comendo*⁷ (transferência parcial)

A pontualidade considera o fato de a ação conter, ou não, uma fase de transição em seu processo e, assim, verifica o efeito dessa ação sobre o paciente. Isso significa que a pontualidade “diz respeito ao inesperado de uma ação ou à ausência de uma clara fase transicional entre início e completude” (PEZATTI, 2004, p. 192). Dessa maneira, Hopper; Thompson (1980, p. 252) mostram a diferença entre *chutar*⁸ (pontual) e *carregar*⁹ (não-pontual).

A intencionalidade do sujeito é um parâmetro que diz respeito ao efeito de volição, ou seja, verifica se o agente realizou uma ação propositalmente ou não. As sentenças (11) e (12) trazem algumas indicações:

(11) *Eu escrevi o seu nome*¹⁰

(12) *Eu esqueci o seu nome*¹¹

De acordo com Hopper; Thompson (1980, p. 252) *escreveu* denota uma ação volitiva, enquanto que *esqueci* retrata uma ação não-volitiva. Pezatti (2004), sobre a

⁶ I ate it up

⁷ I am eating it

⁸ kick

⁹ carry

¹⁰ I wrote your name

¹¹ I forgot your name

intencionalidade, afirma que controle e agentividade auxiliam no envolvimento do sujeito na atividade verbal.

A polaridade da oração explicita a questão da oração ser afirmativa ou negativa. Se a oração é afirmativa, a transferência da ação ocorre, enquanto que se a oração é negativa, essa transferência não acontece. O contraste entre os exemplos (13) e (14), de Furtado da Cunha; Souza (2007, p. 38), mostra nitidamente no que consiste a polaridade.

(13) *O menino comeu o sanduíche*

(14) *O menino não comeu o sanduíche*

A modalidade da oração, nos termos de Hopper; Thompson (1980) é responsável pela diferenciação entre o modo *realis* (indicativo) e o modo *irrealis* (subjuntivo). O modo *realis* representa situações mais concretas, mais *palpáveis* no mundo real. E o modo *irrealis* indica situações mais abstratas, que podem (ou não) se realizar.

Isso significa dizer que se a oração encontra-se em modo *realis*, o qual indica uma ação efetivamente realizada, o grau da transitividade aumenta. Se a oração estiver em modo *irrealis*, o grau da transitividade diminui.

(15) *Eu viajei para a Bahia durante o natal*

(16) *Se eu viajasse para a Bahia durante o natal*

A oposição entre as orações acima comprova que (15) é *realis* e (16) está no campo do modo *irrealis*.

A agentividade do sujeito, de acordo com Hopper; Thompson (1980, p. 252), confere o grau de ação do sujeito.

(17) *George me assustou*¹²

(18) *O quadro me assustou*¹³

¹² George startled me

¹³ The picture startled me

Em (17), o sujeito é mais agentivo do que em (18). Nesse sentido, “participantes que têm agentividade alta podem efetuar a transferência de uma ação de um modo que participantes com baixa agentividade não podem” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 38).

O afetamento do objeto diz respeito ao grau de transferência de ação para o objeto.

(19) *Eu bebi em um gole o leite*¹⁴

(20) *Eu bebi um pouco de leite*¹⁵

Em (19), há uma transferência total da ação, enquanto que em (20) o afetamento se dá de modo parcial (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 253). E o último parâmetro, individuação do objeto, diz respeito ao comportamento do paciente.

Para que o objeto seja individuado, ele deve ser próprio, humano, animado, concreto, singular, contável, referencial, definido. Já um objeto não-individuado é comum, inanimado, abstrato, plural, incontável, não-referencial. O quadro abaixo permite uma melhor visualização das propriedades que circundam a individuação do objeto:

Individuado	Não-individuado
próprio	comum
humano, animado	inanimado
concreto	abstrato
singular	plural
contável	incontável
referencial, definido	não-referencial

Quadro 2: Individuação do objeto (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 253)

Taylor (1989) arrola, fundamentado nos parâmetros sintático-semânticos mencionados, algumas propriedades a respeito da transitividade, considerando os elementos básicos da oração. Essas propriedades – bem como os comentários sobre elas

¹⁴ I drank up the milk

¹⁵ I drank some of the milk

– são bem semelhantes à proposta de Hopper; Thompson (1980). Entretanto, Taylor (1989) revela um aspecto importante: a construção transitiva pode ser usada para codificar diferentes estados de coisas.

Esse comentário está em total consonância com o fato de que a transitividade deve ser analisada de modo gradiente, contemplando construções prototípicas e não-prototípicas. Por isso, é pertinente afirmar que Taylor (1989), assim como Hopper; Thompson (1980), reconhece a importância de cada parâmetro sintático-semântico para análise da construção transitiva.

Como o trabalho de Hopper; Thompson (1980) é tido como uma referência em estudos sobre transitividade, cabe apresentarmos uma carta do leitor do jornal *O Popular* a fim de verificarmos sua construção transitiva a partir de uma sentença deste texto. Essa breve análise se justifica para sedimentar a compreensão acerca dos dez parâmetros sintático-semânticos.

Salário dos deputados

Nós, trabalhadores, estamos escandalizados com o imoral aumento de 53% concedido aos deputados, pois é inadmissível tamanha insensibilidade em relação às pessoas que vivem com um mísero salário e ainda enfrentam tamanho descaso do Legislativo e do Executivo. Mais triste e decepcionante é ouvir o governador do Estado afirmar que o aumento visa evitar roubo e corrupção. Se a credibilidade e honestidade das pessoas dependem do tamanho do contracheque que recebem, então ele está liberando professores, policiais e demais funcionários a agir em desacordo com a lei.

ADARCY LUIZ NEVES

Setor Bueno – Goiânia

O Popular, 13/01/2003

Essa carta do leitor foi publicada em *O Popular*, um dos principais jornais impressos em circulação no estado de Goiás. A sentença analisada a fim de se observar a transitividade sob a perspectiva de Hopper; Thompson (1980) é:

(21) *Nós, trabalhadores, estamos escandalizados com o imoral aumento de 53%*

Na sentença (21), há os seguintes participantes: *Nós, trabalhadores e imoral aumento de 53%*, sendo que um deles possui traço humano. A perífrase *estamos escandalizados* é de não-ação e, por isso, a cinese, o aspecto e a pontualidade tendem para um grau mais baixo de transitividade.

O sujeito pode ser considerado intencional, mas a agentividade não é tão marcante devido ao fato do verbo denotar estado. Quanto à polaridade e à modalidade, o evento possui uma gradiência elevada, já que a oração é afirmativa e se encontra em modo *realis*. O objeto não mostra afetamento e, em relação à individuação, *com o imoral aumento de 53%* é comum e inanimado.

O entendimento da perspectiva escalar de Hopper; Thompson (1980) é importante para analisar dados de transitividade. Entretanto, outros estudiosos também propuseram abordagens pautadas em visão gradiente desse fenômeno. Esse é o caso de Givón (1984, 1993a) e a próxima seção explicita as contribuições givonianas no tratamento da construção transitiva.

1.3. A noção de transitividade semântica de Givón (1984, 1993a)

A transitividade envolve os componentes semânticos, sintáticos e pragmáticos da língua, como afirma Givón (1984, 1993a). Contudo, segundo Furtado da Cunha; Souza (2007), a grande contribuição givoniana no tratamento do fenômeno em questão é o destaque do viés semântico dos verbos. Assim, a fim de estudar a semântica verbal atrelada à transitividade, Givón (1993a, p. 100) parte da definição de três traços semânticos, os quais constituem uma oração transitiva prototípica:

- (a) Agentividade: o sujeito da oração transitiva prototípica é deliberadamente um agente. Ele realiza uma ação.
- (b) Afetamento: o objeto direto de uma oração transitiva prototípica é concreto, é paciente visivelmente afetado.
- (c) Perfectividade: o verbo transitivo prototípico é télico, indica evento acabado, rápido, suscetível a mudanças e que aconteceu em tempo real.

A prototipicidade proposta por Givón está embasada nos pressupostos de Hopper; Thompson (1980). “Porém a formulação de Givón identifica o essencial nos

dez fatores arrolados por aqueles autores para identificar a transitividade mais em termos semânticos que morfossintáticos” (CAMACHO, 2002, p. 229). Nesse sentido, a transitividade prototípica ocorre pelas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo da oração. Logo, a agentividade, o afetamento e a perfectividade são traços semânticos que podem ser avaliados a partir da noção de grau.

É importante elucidar que o autor apresenta, também, uma definição sintática para o fenômeno, a partir de seus estudos sobre transitividade em língua inglesa. “Verbos (e orações) que possuem um objeto direto serão considerados *transitivos*; verbos (e orações) que não possuem um objeto direto serão considerados *intransitivos*” (GIVÓN, 1993a, p. 100; grifos do autor).

Percebemos, então, que a explicação sintática está consolidada na prototipicidade da sentença transitiva. No entanto, os critérios de cunho semântico supracitados, de certa forma, garantiram a definição sintática. Esse aspecto justifica o destaque givoniano ao recorte semântico.

Givón (1984, p. 96-97), sedimentado nessas bases, elenca oito subclassificações de verbos transitivos mais prototípicos considerando-se a mudança física sofrida pelo paciente na oração-evento:

(i) Objeto criado:

- a. *Ele construiu uma casa*
- b. *Ele pintou um quadro*
- c. *Ela fez um vestido*
- d. *Ela desenhou um diagrama*
- e. *Ele construiu uma ponte*

(ii) Objeto totalmente destruído:

- a. *Eles demoliram a casa*
- b. *Ela despedaçou o copo*
- c. *Eles evaporaram a água*

(iii) Mudança física no objeto:

- a. *Ela rachou a panela*
- b. *Ele ampliou a cama*
- c. *Eles cortaram o milho*

d. Ela fatiou o salame

e. Eles clarearam seu cabelo

(iv) Mudança de lugar do paciente:

a. Ele moveu o celeiro

b. Eles conduziram o carrinho de mão

(v) Mudança com um instrumento implicado:

a. Ele martelou a unha (martelo)

b. Ela chutou o muro (pé)

c. Ele deu palmadas no cachorrinho (palma)

d. Eles o esfaquearam (faca)

e. Ela prendeu os coiotes (armadilha)

(vi) Mudança superficial:

a. Ela lavou a camisa dele

b. Eles pintaram o celeiro

c. Ele deu banho no bebê

(vii) Mudança interna:

a. Eles aqueceram a solução

b. Ele resfriou o gazpacho

(viii) Mudança com modo implicado:

a. Eles a mataram ('matar' com intenção)

b. Ela despedaçou a xícara ('quebrar' completamente)

c. Eles o surraram ('bater' forte e repetidamente)

d. Ela rasgou o livro ('rasgar' completamente, em pequenos pedaços)

As subclassificações acima apontam que os verbos transitivos prototípicos estão articulados às mudanças físicas discerníveis no estado do objeto-paciente. Nessa perspectiva, Givón (1984), pautado em Hopper; Thompson (1980), retoma a questão dos graus mais ou menos salientes de transitividade, visto que outros verbos podem

pertencer, sintaticamente, ao grupo de gradiência mais alta – pelo menos devido às características físicas do objeto.

No entanto, não é somente o objeto que determina o grau de transitividade. É preciso verificar, também, o comportamento de outra propriedade dos verbos transitivos prototípicos: o sujeito-agente. “O sujeito-agente do verbo transitivo prototípico é *consciente* (tem volição) e *ativo* (inicia o evento)” (GIVÓN, 1993a, p. 109; grifos do autor).

Givón (1984, 1993a) trata também da transitividade menos prototípica, uma vez que se preocupa em mostrar e discutir as nuances dos verbos desviantes do protótipo. E os *desvios* em questão aparecem em distintas formas.

Todavia, antes de mostrar algumas categorias de transitividade menos prototípica, o autor levanta o seguinte questionamento: por que, em diversas línguas, verbos desviantes no âmbito semântico são reconhecidos, sintaticamente, na mesma classe dos transitivos prototípicos?

Em termos givonianos, a transitividade é um fenômeno gradiente. Por isso, a classificação sintática varia de acordo com as propriedades responsáveis por “medir” os graus da transitividade.

Outra resposta bastante condizente é calcada na extensão metafórica. Givón (1984) afirma que há identificação de verbos transitivos menos prototípicos junto à classe dos protótipos. Isso ocorre porque usuários da língua, motivados pragmaticamente, relacionam construtos prototípicos e não-prototípicos.

Tal relação é mais conhecida, em Lingüística, como extensão metafórica. Em outras palavras, a extensão metafórica é um movimento cognitivo realizado pelos usuários da língua ao equipararem, no caso da transitividade, verbo desviante e verbo transitivo prototípico.

Segundo Lakoff; Johnson (1980), a metáfora é um mecanismo constituinte da língua, isto é, ela motiva as diversas construções sintático-semânticas possíveis em uma língua. Desse modo, entendemos que a extensão metafórica consiste na transferência de sentido de um conceito fonte de algum elemento para outros construtos.

Essa concepção vai ao encontro das idéias de Taylor (1989). Para ele, extensão metafórica é um processo em que a metáfora funciona como motivadora da extensão semântica de uma construção sintática. Isso significa que os efeitos da extensão encontram-se refletidos na estruturação sintática.

Após essas considerações, cumpre explicitar as categorias apresentadas por Givón (1984, p. 98-106) a fim de observar o comportamento da transitividade desviante do protótipo.

Verbos com objeto direto locativo

Um objeto direto locativo, normalmente, serve de referência para um sujeito que se movimenta ou que se localiza em um determinado espaço. A estrutura de uso mais típica de verbos acompanhados de objeto direto locativo é o verbo marcando a relação de localização do sujeito com o objeto no próprio objeto, pela preposição ou posposição. Contudo, sentenças formadas com objeto direto propiciam ao falante a possibilidade de realizar diferentes perspectivas.

Camacho (2002) diz que a perspectivização é um fenômeno semântico-pragmático que motiva a manipulação de posições sintáticas de acordo com a intenção do enunciador. Assim, é possível inferir, por exemplo, que “a diferença na forma final de expressão se baseia no fato de que uma sentença ativa apresenta o estado de coisas a partir do ponto de vista do agente, e a passiva, do ponto de vista do paciente” (CAMACHO, 2002, p. 231).

Isso significa dizer que o objeto sofre variação, sendo [+ ou -] saliente. Os exemplos abaixo, de Givón (1984, p. 98), dizem respeito a essa relação:

(22a) *Ela entrou na casa*¹⁶ (= foi na casa)

(22b) *Ela nadou o canal*¹⁷ (= nadar pelo canal)

A primeira sentença não denota somente a localização ou movimentação do sujeito, pois “entrou na casa” pode ser interpretado na perspectiva de que a casa mudou a condição de “vazia” para “ocupada”. Já a segunda sentença também não expressa apenas a movimentação do sujeito pelo canal. A perspectivização permite inferir uma outra leitura: o canal foi “conquistado” pelo sujeito.

Taylor (1989), a partir do mesmo exemplo de Givón (1984), traça uma discussão concernente ao desvio do protótipo. Em “Ele nadou pelo canal”, o verbo é intransitivo e “nadar” se configura como uma atividade que envolve um participante com frase

¹⁶ She entered the house (= ‘go *into* the house’)

¹⁷ She swam the Channel (= ‘swim *across* the Channel’)

preposicional indicando o trajeto feito pelo nadador. Em “Ele nadou o canal” o trajeto é incorporado ao verbo e, dessa maneira,

nadar (...) aqui significa “nadar pelo”, com a consequência de que o evento é agora codificado por uma sentença transitiva. O *canal* é agora objeto direto de *nadar* e isso é confirmado pela existência de uma possibilidade de passiva (*O canal foi nadado*) (TAYLOR, 1989, p. 211).

Nestes casos houve, então, extensão metafórica de locativo, pois este passou a ser visto como objeto paciente. Em suma, esses exemplos comprovam que o objeto, e não o sujeito, pode ser o elemento mais importante do evento, dependendo da perspectiva adotada pelo usuário da língua.

Verbos com objeto direto recipiente ou locativo e com paciente implicado

Conforme Givón (1984, p. 99), há verbos transitivos que, mesmo acompanhados de predicado prototípico, merecem uma atenção específica:

(23a) *Ele alimentou as vacas* (‘lhes deu comida’; FAZER=recipiente/meta)¹⁸

(23b) *Eles espanaram o chão* (‘tirando pó para fora do chão’; FAZER=fonte)¹⁹

Do ponto de vista semântico, os verbos acima possuem dois objetos: objeto direto e indireto. Entretanto, os exemplos asseguram que, pelo princípio da prototipicidade, o objeto paciente sofre supressão pela forma nominal derivada do verbo – ‘*alimentar*’/ ‘*alimento*’, ‘*tirar o pó*’ / ‘*pó*’. Mas, se o verdadeiro objeto direto é incorporado semanticamente ao verbo, a semântica do objeto locativo/recipiente é construída como objeto direto:

(24a) *As vacas tinham fome, então saciou a fome delas*²⁰

¹⁸ He fed the cows (‘gave them food’; DO= recipient/goal)

¹⁹ They dusted the floor (‘took dust off the floor’; DO= source)

²⁰ The cows were hungry, then satiated their hunger

(24b) *O chão estava empoeirado, então ficou limpo*²¹

Furtado da Cunha; Souza (2007) comentam que a alteração de perspectiva e a possibilidade de uso de um objeto direto tornam viável a visualização desses eventos como transitivos prototípicos. Isso demonstra que objetos recipientes/locativos, variando de acordo com a perspectiva, podem ser expressos, no âmbito sintático, como objeto paciente acompanhado de verbos, cujos conceitos fonte são *levar* e *fazer*.

Taylor (1989, p. 212) traz um exemplo que também cabe nesta categoria givoniana:

(25) *Ele pôs um tapete no quarto (Ele atapetou o quarto)*²²

Entretanto, ele ressalta que orações deste tipo nem sempre admitem locativos serem promovidos a pacientes via incorporação ao objeto direto do verbo.

(26) *Ele instalou janelas na casa (*Ele ajanelou a casa)*²³

Verbos com parte do sujeito em movimento

Alguns verbos, como *bater*, *chutar*, *esbofetear* e *perfurar* indicam que uma parte do corpo do sujeito se move pelo espaço, estabelecendo contato com o objeto. O objeto desses verbos, em geral, não é interpretado como meta de locativo e sim como objeto afetado, um paciente. Logo, nota-se que o locativo e o paciente são analisados em casos desta natureza, sintaticamente, da mesma forma.

Verbos com sujeito dativo-experienciador

O sujeito dativo-experienciador se difere do sujeito agente prototípico por acompanhar verbos de cognição, sensação ou volição, como *ver*, *ouvir*, *saber*, *entender*, *pensar*, *querer*, *sentir*. Givón (1984) ressalta que, em geral, esses exemplos são considerados semanticamente como verbos de estado, não de ação. O objeto, neste caso,

²¹ The floor was dusty, then became clean

²² He laid a carpet in the room (He carpeted the room)

²³ He installed windows in the house (*He windowed the house)

não registra mudanças e impactos discerníveis. Pelo fato de os verbos serem ligados ao espectro mental, é o sujeito experienciador quem sofre mudanças.

No entanto, verbos pertencentes a essa classe podem ser ativos, isto é, têm a possibilidade de envolver volição, como *escutar*, *considerar algo*, *aprender*. Em diversas línguas, como em Swahili e Ute, tais verbos são derivados de verbos estativos semanticamente relacionados e demonstram que a extensão metafórica em direção à transitividade prototípica ocorre devido ao fato de o sujeito ser agente ou, pelo menos, dativo.

Contudo, variadas línguas marcam o sujeito dativo-experienciador como não-agentes. Segundo Givón (1984, p. 101), em estágios mais arcaicos do inglês, muitos verbos foram marcados com dativo/experienciador como objeto e o verbo exposto a conformidade na terceira pessoa neutralizada, como em:

(27a) *Eu temo que...*²⁴

(27b) *Eu penso que...*²⁵

É válido ressaltar que, no inglês atual, muitas expressões não são formadas a partir da estrutura básica sujeito, verbo (no caso de percepção, cognição, volição) e objeto:

(28a) *Parece a mim que... (Eu vejo/penso que...)*²⁶

(28b) *Se aparece a mim que... (Eu acho isso aparente a que...)*²⁷

Givón (1984) assevera que na língua Sherpa também se encontra sujeito dativo marcado como objeto dativo. Já em línguas filipinas, sujeitos dativos/experienciadores são, de modo obrigatório, construídos em estruturas passivas, o que os distancia das regras mais conhecidas da relação entre sujeito e objeto. Isso demonstra que a extensão metafórica envolvendo verbos com sujeito dativo e configurações sintáticas da

²⁴ me fear-th ('I fear that...')

²⁵ me think-s ('I think that...')

²⁶ It seems to me that... ('I see/ think that...')

²⁷ It appears to me that... ('I find it apparent that...')

transitividade (centralizando apenas no protótipo) não é uma saída universal para se observar o fenômeno em questão.

Verbos com objeto recíproco/associativo

Essa categoria diz respeito ao objeto e ao sujeito serem interpretados ao mesmo tempo como agente e paciente, pois o verbo indica relação de reciprocidade. Esse é o caso de *beijar-se, casar-se, encontrar-se, unir-se, fazer amor* etc.

Segundo Givón (1984, p. 102-103), em muitas línguas, sentenças com verbos desta natureza são construídos com objetos indiretos que se apresentam como casos associativos. Porém, em inglês, há opções de uso de sentenças em que a estrutura sintática encontra-se articulada à classe transitiva. A formação, assim, se dá a partir da figura de co-agentes, em que o primeiro é o sujeito agente e o segundo se porta como objeto paciente:

(29) *Ele encontrou Sylvia* (cf. ‘Ele se encontrou com Sylvia’)²⁸

O exemplo (29) mostra que a seleção da posição dos co-agentes acontece pelo princípio da perspectivização, ou seja, um dos co-agentes recíprocos pode ser destacado e ocupar a posição sujeito. O objeto, de acordo com o traço de agentividade, pode estar [+ ou -] envolvido no evento. “O conflito gerado pela presença de dois agentes e a falta de um paciente claro está resolvido acima degradando um dos agentes a um estado sintático paciente e conformando, assim, a transitividade canônica” (GIVÓN, 1984, p. 103).

Outra forma de uso que *soluciona* a problemática da reciprocidade é a detransitivização, processo cuja interpretação se pauta na concepção de agentes como sujeitos conjuntos:

(30) John e Mary se encontraram /se beijaram /fizeram amor /lutaram /disputaram /discutiram²⁹

²⁸ He met Sylvia (cf. ‘He met *with* Sylvia’)

²⁹ John and Mary met/kissed/made love/fought/quarreled/argued

Dessa forma, evita-se o *privilégio* de um agente em detrimento do outro, uma vez que os agentes são vistos sob a mesma perspectiva de importância, controle, saliência. Todavia, é válido apontar que muitas línguas analisam, no âmbito sintático, sentenças desse tipo como intransitivas.

O verbo ter

Givón (1984) afirma que muitas línguas têm um verbo estativo *ter*, em que o sujeito é o possuidor humano e o objeto se comporta como o possuído. O significado desse verbo é variável entre as línguas, mas, geralmente, *ter* indica posse física de objeto que se dá por relações de todo/parte (todo possuidor/parte possuída); corpo-parte; posse de faculdades mentais e o processo de passar a possuir, relacionando-se com verbos como *adquirir*, *levar* e *obter*.

De maneira geral, o verbo *ter* nas línguas aparece desarticulado do escopo semântico de verbo de posse ativo. Logo, a idéia de *agir para tomar posse* se desloca e o *ter posse* fica sendo o significado de *ter*.

De acordo com o autor, o processo histórico de *ter* justifica tal distanciamento do escopo semântico de verbos de posse ativos, pois a moldura sintática de *ter* está em consonância com o padrão transitivo de seu conceito fonte. Todavia, duas configurações sintáticas a respeito de posse podem ser reconhecidas em diferentes línguas: expressão estativa no lugar de ativa e reversão completa das relações entre sujeito e objeto.

Verbos com objetos cognatos

Conforme Givón (1984, p. 105), eventos com verbos desse modo são construídos semanticamente acompanhados de substantivos derivados do próprio verbo ou de um verbo semanticamente relacionado, como em:

(31) *Ela cantou uma música cigana*³⁰

Nesse caso, a oração assume o surgimento de uma outra oração transitiva constituída de sujeito-agente e objeto paciente com esse padrão de marcação sintática.

³⁰ She sang a gypsy song

As observações de Givón no que tange aos desvios de protótipo são, de fato, bastante pertinentes, uma vez que comprovam a necessidade de um estudo mais cuidadoso a respeito das manifestações transitivas de um modo geral. Dessa forma, é fundamental considerar outras perspectivas teóricas acerca da transitividade. Por isso, serão apresentadas, a seguir, as concepções de Halliday.

1.4. A transitividade de acordo com Halliday (1985): a oração como representação das experiências

A linguagem, de acordo com Halliday (1978), é construída e articulada sob a perspectiva da funcionalidade dos usos lingüísticos. Nesse sentido, toda língua se organiza por meio de três espectros: o ideacional e o interpessoal, ressaltando, ainda, a existência de um outro, o textual. Esses três significados compõem as chamadas metafunções, que “são os reflexos lingüísticos altamente abstratos da multiplicidade dos usos sociais da língua” (HALLIDAY, 1978, p. 146). Em outras palavras, as metafunções partem do princípio de que a língua está a serviço do processo de interação do homem com o outro.

A função ideacional expressa o conteúdo dito, a informação enunciada na interação lingüística. O falante e o ouvinte, em situação cooperativa de comunicação, expõem na própria língua as suas experiências acerca do que estão dizendo. É esta função que permite os interlocutores falarem sobre o que é intrínseco e/ou extrínseco à sua consciência como indivíduo.

A outra metafunção, a interpessoal, demonstra o papel social que a linguagem possui. A função interpessoal é um meio de o homem participar do momento de uso efetivo da língua. Nessa função, os interlocutores se posicionam em relação ao que estão dizendo, pois apresentam julgamentos, preferências, pensamentos, opiniões, sugestões, crenças, dúvidas etc.

Halliday (1978) visualiza, na oração, a representação do elemento interpessoal. Para ele, o modo e as modalidades são os traços responsáveis por atribuírem à oração o cunho interpessoal. Assim, o modo está relacionado às seleções do falante. A modalidade, por sua vez, é a própria expressão do posicionamento a respeito do que se fala.

Percebemos, então, que as “duas macro-funções, a ideacional e a interpessoal, juntas, determinam uma grande parte do potencial de significado que é incorporado à

gramática de cada língua” (HALLIDAY, 1978, p. 157). Isso significa dizer que as funções ideacional e interpessoal influenciam na composição gramatical das línguas. E a terceira metafunção, a textual, é instrumental para as duas funções anteriores. Ela materializa a ideacional e a interpessoal, viabilizando a textura e a operacionalidade da linguagem.

Nessa perspectiva, é preciso dizer que, para Halliday (1978), essas três funções acontecem simultaneamente, sendo possível reconhecê-las no momento de interação verbal. Rauber (2005, p. 51) utiliza um exemplo em que mostra essa simultaneidade das funções:

(32) Talvez você defenda sua tese em fevereiro

Em (32), há um texto (função textual) que expressa uma informação (função ideacional) e uma opinião, explicitada pelo *talvez* (função interpessoal).

Assim, como a língua se organiza através das funções ideacional e interpessoal, a frase – um constituinte da língua – também tem um mecanismo responsável por organizá-la, a transitividade. A transitividade é o “sistema que dá conta basicamente da seleção de processos e relações e de seus participantes, e, assim, da seleção de funções sintáticas na estrutura da frase” (NEVES, 1997, p. 71).

Como a transitividade organiza o conteúdo do que se quer expressar em uma situação de interação verbal, notamos que ela *executa* a função ideacional. Kader (2002) afirma que a transitividade é base da função ideacional, visto que o sistema transitivo coordena a escolha dos processos verbais e de seus respectivos participantes.

As metafunções auxiliam no entendimento da relação entre *significado* e *conteúdo* em análises de léxicos ou sentenças de uma língua, pois, segundo Halliday (1985), a carga de significado expressa um conteúdo.

Nesse sentido, é válido destacar que a oração é, de fato, de caráter ideacional, uma vez que sua estruturação e, conseqüentemente, seu funcionamento são movidos por padrões – variáveis de acordo com os usos de cada língua – de representação das experiências humanas. Nesse prisma, o autor relaciona oração, função ideacional e transitividade, concluindo que a organização transitiva é a gramática da oração:

Uma oração é uma unidade estrutural, e é uma unidade estrutural por meio da qual expressamos uma gama particular de significados ideacionais, nossa experiência

dos processos, os processos do mundo exterior, concretos e abstratos, e os processos de nossa própria consciência, como ver, gostar, pensar, falar e assim por diante. A transitividade é simplesmente a gramática da oração em seu aspecto ideacional (HALLIDAY, 1978, p. 150).

Desse modo, a oração perpassa, antes de ser um produto com a roupagem da estruturação lingüística, por processos cognitivos em que os usuários de uma língua reconhecem os elementos externos, da realidade que desejam expressar, enunciar, para, após essa etapa, realizarem construções mentais a partir dessa percepção da realidade.

Esse jogo entre experiências de sentidos internos e externos possibilita aos seres humanos a construção de um quadro mental de realidade. Logo, “a oração é a unidade gramatical mais significativa [de uma língua] porque suas funções estão atreladas à representação de processos” (HALLIDAY, 1985, p. 101).

As orações representam processos, conforme Halliday (1985), partindo do pressuposto de *goings-on*, ou seja, as atitudes humanas calcadas nas idéias de *fazer*, *acontecer*, *sentir* e *ser* são organizadas no escopo semântico da língua e expressas, materializadas na gramática da oração.

A função gramatical da oração, por sua vez, é constituída de um sistema transitivo que explicita a experiência de significar. Conforme Halliday (1985, p. 101) “a transitividade especifica os diferentes tipos de processos que são reconhecidos na língua e as estruturas pelas quais são expressos”. Assim, o autor aponta o construto semântico básico de representação de processos:

- a) o próprio processo;
- b) os participantes do processo e
- c) as circunstâncias associadas ao processo.

O construto supracitado abrange a oração como um todo e, portanto, configura-se em uma referência para pesquisadores que desejam interpretar as experiências representadas em orações de uma determinada língua. Ainda a respeito da relação entre transitividade e o construto de representação de processos, Cabral (2002, p. 216) diz que “a transitividade constrói o fluxo da experiência em sentidos e em palavras e é representada na configuração de processos que envolvem participantes e, eventualmente, circunstâncias”.

Halliday (1985, p. 101-102) afirma que as línguas admitem, a partir de estruturas de significado, diversas formas de se dizer uma experiência. O exemplo dado pelo autor consiste no seguinte contexto: imaginemos que estamos ao ar livre e que um movimento aconteça no céu. Podemos dizer, em inglês, “pássaros estão voando no céu”³¹. Todavia, esta não é a única forma organizacional deste evento. É possível transformar essa experiência em uma outra estrutura de significado e dizer “algo está nos atingindo”³², “está chovendo”³³. Cumpre dizer que o “estar chovendo”, em um dialeto chinês, é expresso pela oração “o céu está derrubando água”³⁴ – o que confirma ainda mais o fato das estruturas de significado variar *nas* e *entre* as línguas.

Halliday (1985) assegura que, em inglês, os processos aparecem com maior frequência vislumbrando a experiência como configuração semântica constituída do construto básico de representação já mencionado (processo, participantes e, opcionalmente, circunstâncias).

No caso da oração “pássaros estão voando no céu”, “está voando” é o processo; “pássaros” são participantes e “no céu” é a circunstância. Essa constatação endossa um padrão que, provavelmente, é universal nas línguas e encontra-se disposto no seguinte quadro:

Tipo de elemento	Realização típica de
processo	grupo verbal
participante	grupo nominal
circunstância	grupo adverbial ou frase proposicional

Quadro 3: Funções típicas de grupo e de classes de frase (HALLIDAY, 1985, p. 102)

Participantes, processos e circunstâncias são, em suma, categorias semânticas que explicam, de modo genérico, como as estruturas lingüísticas representam fenômenos da realidade. Contudo, em estudos mais específicos, faz-se necessário reconhecer funções mais delimitadas para, depois, articulá-las às categorias em questão.

Assim, Halliday (1985), no decorrer de seu estudo a respeito da transitividade, discute mais profundamente sobre os diversos tipos de processos, funções dos participantes e elementos circunstanciais.

³¹ Birds are flying in the sky

³² It's winging

³³ It's raining

³⁴ The sky is dropping water

Essa discussão será aqui destacada da seguinte maneira: atentaremos para cada um dos processos (materiais, mentais, relacionais, comportamentais, verbais e existenciais), tratados juntamente com seus respectivos participantes para, em seguida, apresentarmos as circunstâncias.

Processos e Participantes

Processos materiais

Os processos materiais, em sua natureza, são os processos de *fazer*: alguma entidade faz algo, que pode ser direcionado para outra entidade. Isso significa dizer que existem processos materiais com dois ou mais participantes, bem como há processos materiais em que há apenas um participante.

Furtado da Cunha; Souza (2007) destacam que, no processo material, as ações denotam modificações externas, físicas, perceptíveis. Nesse sentido, Halliday (1985) aponta, basicamente, dois participantes desse processo, ATOR e META. O autor menciona também o beneficiário (aquele que se beneficia de algo), como participante de um processo material. O beneficiário é, em geral, humano.

Em se tratando de ator e meta, o ator “é o ‘sujeito lógico’ em uma terminologia mais antiga e significa aquele que fez o feito. Em *o rato percorreu o relógio*³⁵, por exemplo, *o rato* é quem realizou o feito e, portanto, é o ator” (HALLIDAY, 1985, p. 102). Seguindo esse raciocínio, pode-se inferir que o ator é o ser responsável por realizar uma ação.

A meta consiste no participante para quem o processo encontra-se orientado, destinado. Quando um processo possui meta, prototipicamente, é ela quem apresentará os reflexos, as mudanças propiciadas pelo processo material.

Por essa razão, Halliday (1985) reconhece que meta pode ser chamada de paciente, já que esse termo se refere à idéia de *sofrer* uma ação, um processo. Vejamos as sentenças seguintes:

(33a) *o leão pulou*³⁶

³⁵ The mouse ran up the clock

³⁶ The lion sprang

(33b) *o leão pegou o turista*³⁷

Com a finalidade de compreender melhor os conceitos de ator e meta, Halliday (1985, p. 103) apresenta os exemplos acima. Em (33a) e (33b), o leão fez algo. Logo, ele é o ator. No entanto, em (33a) o processo de fazer se limitou ao leão, enquanto que em (33b) foi estendido ao turista. O turista é, então, meta.

No caso do processo ser estendido, Halliday (1985) mostra que a extensão é um conceito relacionado à questão do caráter transitivo e intransitivo das orações.

Nesse sentido, Halliday (1985) visualiza a extensão como um participante, pois ela especifica o domínio em que o processo acontece, bem como pode expressar o próprio processo. Furtado da Cunha; Souza (2007) afirmam, embasadas em Halliday (1985) e em outras pesquisas, que a extensão é um participante complementador da ação, não afetado pela ação verbal. As autoras reconhecem também que a extensão remete ao prolongamento do processo.

A extensão como prolongamento do processo suscita a verificação da transitividade da oração no que concerne ao espectro transitivo e intransitivo. Perguntas como “o que fez o leão?” e “o que fez o leão ao turista?” são pertinentes para esse tipo de investigação. Contudo, o exemplo (33b), mencionado por Halliday (1985), permite uma pergunta, a partir de o turista como perspectiva: “o que aconteceu com o turista?”

Desse modo, se a oração for observada a partir da perspectiva do turista, o processo não é de fazer e sim de acontecer. Em eventos desse tipo, a representação das experiências humanas pode ser codificada tanto em orações ativas (o leão pegou o turista), quanto em passivas (o turista foi pego pelo leão).

Halliday (1985, p. 104) também vislumbra, nos processos materiais, entidades que podem ser reconhecidas em processo material mesmo em estágio de pré-existência, como em

(34) *construindo uma casa*³⁸

Isso justificaria a distinção entre processo material do tipo DISPOSITIVO (que é uma experiência concreta, perceptível no mundo) ou do tipo CRIATIVO (que é uma experiência abstrata, podendo remeter a acontecimentos). Entretanto, eventos assim são

³⁷ The lion caught the tourist

³⁸ Building a house

vistos, do ponto de vista gramatical, como tipos de ação. Nesses casos, as distinções entre ator e meta são mais sutis, o que acarreta em uma menor diferença semântica e pragmática entre as formas oracionais passivas e ativas de um mesmo processo material abstrato ou de acontecimento.

Processos mentais

Os processos mentais encontram-se engendrados à idéia de *sentir*. Verbos como *pensar, ver, perceber, gostar, saber, entender, ouvir* etc demonstram as representações de experiências calcadas na sensibilidade humana.

(35) *Ana gosta de flores*

(35) é um exemplo típico de processo mental. Nessa linha, os processos mentais “lidam com a apreciação humana do mundo. Através de sua análise é possível detectar que crenças, valores, e desejos estão representados em um dado texto” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 58).

Segundo Halliday (1985), os tipos principais de processos mentais são os de percepção, afeição e cognição. O processo de percepção abrange o campo do *ver, ouvir, perceber, notar* etc. Já o de afeição está atrelado ao recorte do *gostar, temer, amar, odiar, adorar* etc. O processo de cognição representa experiências sensoriais concernentes ao *pensar, saber, entender, conhecer* etc.

O autor aponta também os participantes de um processo mental, que são experienciador e fenômeno. O experienciador é um ser consciente de seus sentidos, pois ao mesmo tempo em que vê algo, ele pensa, exprime sentimentos sobre o que viu, sobre a sua experiência.

Assim, o fenômeno se configura como o fato propiciador das nuances de sentimentos vividos pelo experienciador. No entanto, faz-se necessário dizer que, em uma oração, a presença dos dois participantes, juntos, não é obrigatória. Conforme Halliday (1985, p. 112):

i. uma oração pode conter experienciador e não apresentar fenômeno (*Tim sabe*³⁹), e;

³⁹ Tim knows

ii. uma oração pode conter fenômeno e não apresentar experienciador (*O sorriso mau dela pode iludir bem*⁴⁰).

Halliday (1985), com o intuito de fundamentar as bases de um processo mental, arrola cinco critérios principais de distinção entre processo mental e processo material:

i. Em um processo mental há sempre um participante humano, visto que o homem é o ser dotado de consciência. Já em um processo material, o ator pode conter traço não-humano. Todavia, o autor reconhece que, em muitas situações de interação, seres não-humanos são conscientes. As fábulas são grandes exemplos de usos dessa natureza. Mas esse tipo de consciência é fornecido pelo próprio homem.

ii. Em uma oração de processo mental, o que é sentido, percebido não está restrito a algumas categorias semânticas ou gramaticais. Coisas e fatos podem ser objetos de consciência, como Halliday (1985, p. 108) demonstra com os exemplos a seguir:

(36) *Mary gostou do presente*⁴¹

O elemento sublinhado é coisa e o experienciador manifestou o seu sentimento em relação a essa coisa.

(37) *Mary estava contente porque adquiriu um presente*⁴²

A expressão sublinhada é fato e o experienciador manifesta o seu sentimento em relação a esse fato. Percebemos, então, que há uma gama maior de opções de participantes em um processo mental do que em um processo material.

iii. A terceira diferença entre processo material e processo mental diz respeito ao tempo. Abaixo estão algumas constatações de Halliday (1985, p. 109) acerca de suas observações na língua inglesa:

Em um processo mental, o tempo presente não-marcado é o presente simples:

⁴⁰ Her roguish smile can well beguile

⁴¹ Mary liked the gift

⁴² Mary was pleased that she'd got a present

(38) *Ela gosta do presente (não ela está gostando do presente)*⁴³

E, em um processo material, o tempo presente não-marcado é o presente contínuo:

(39) *Eles estão construindo uma casa (não eles constroem uma casa)*⁴⁴

Cumprir dizer que ambos os tempos são utilizados nos dois processos em questão. Halliday (1985) realizou essa ressalva sobre o tempo, respaldado no que tange à prototipicidade, no que é mais usual em cada processo.

iv. Os processos mentais nem sempre têm verbos equivalentes semanticamente, ou seja, que apresentam um sentido semelhante, como ocorre em:

(40) *Mary gostou do presente / o presente agradou Mary*⁴⁵

Em sentenças do tipo *Eu suspeito isso*, o verbo *suspeitar* dificilmente encontra outros verbos com proximidade semântica. Contudo, o fato de os processos mentais poderem ser percebidos, sentidos em diferentes perspectivas se configura como uma característica geral.

v. Processos materiais são pautados no *fazer* e os mentais são os processos de *sentir*.

Processos relacionais

Os processos relacionais, segundo Halliday (1985), expressam a idéia de *ser*.

(41) *Sarah é sábia*⁴⁶

(42) *Tom é o líder*⁴⁷

⁴³ She likes the gift (not she is liking the gift)

⁴⁴ They're building a house (not they build a house)

⁴⁵ Mary liked the gift / the gift pleased Mary

⁴⁶ Sarah is wise

Para Halliday (1985, p. 112), orações como (41) e (42) demonstram essa concepção, uma vez que constroem o significado, a experiência de algo corresponder ao espectro de ser. Esse viés implica em articular uma experiência à outra.

Por isso, “processos relacionais são aqueles que estabelecem uma conexão entre entidades, identificando-as ou classificando-as, na medida em que associam um fragmento da experiência a outro” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 58).

No entanto, cada língua possui diferentes processos relacionais e, em inglês, há os seguintes processos: intensidade (‘x é a’); circunstância (‘x é em a’) e possessividade (‘x tem a’). Cada processo contém, ainda, dois modos de se realizarem, o atributivo (‘a é um atributo de x’) e o identificador (‘a é a identidade de x’). A fim de esclarecer as relações existentes entre os processos relacionais e seus modos de realização, Halliday (1985) organiza o seguinte quadro:

tipo	modo	
	atributivo	identificador
intensidade	Sarah é sábia	Tom é o líder; o líder é Tom
circunstância	A feira é em uma terça-feira	Amanhã é dia 10; o dia 10 é amanhã
possessividade	Peter tem um piano	O piano é de Peter; Peter tem o piano

Quadro 4: Tipos e modos de processos relacionais (HALLIDAY, 1985, p. 113)

As orações em questão atendem aos requisitos observados nos processos relacionais, bem como apresentam os requisitos equivalentes aos modos de realização desses processos. Todavia, Halliday (1985) ressalta que existe uma diferença entre modo atributivo e modo identificador.

⁴⁷ Tom is the leader

Enquanto o identificador admite reversibilidade na estrutura da oração, o atributivo não admite tal versatilidade na estruturação. O modo atributivo tem como forma básica algo sendo atribuído a uma entidade. Mas esse atributo pode ser de qualidade, de circunstância ou de posse.

Logo, os processos relacionais, no modo atributivo, são estruturados a partir de dois elementos, o ATRIBUTO e o PORTADOR. Já no modo identificador, uma entidade identifica outra e isso possibilita a mudança de posição dos elementos na oração. Notamos, então, a existência da passiva que, por sua vez, permite as relações de *token* e *valor*⁴⁸, fenômeno e circunstância ou de possuidor e possuído. As funções estruturais do modo identificador são IDENTIFICADO e IDENTIFICADOR.

Halliday (1985, p. 114) afirma que essa distinção entre atributivo e identificador ocorre devido ao fato de que as orações atributivas têm um só participante – lembrando que, neste caso, atributo não se comporta como um participante. E as orações identificadoras têm dois participantes.

A língua inglesa permite qualquer participante se comportar como o sujeito da sentença e, nessa perspectiva, orações detentoras de dois participantes admitem duas vozes verbais, a ativa e a passiva. Em um participante diferente, ocupa a posição sujeito. Contudo, quando o verbo da oração é *ser*, o verbo não apresenta uma forma passiva específica e as sentenças, mesmo assim, são, de fato, passivas.

Para observar os processos relacionais com maior nitidez, é necessário considerar características mais específicas do modo atributivo e identificador em cada tipo de processo relacional:

1. Intensidade:

- (i) atributivo
- (ii) identificador

2. Circunstância

- (i) atributivo: circunstância como atributo e circunstância como processo
- (ii) identificador: circunstância como participante e circunstância como processo

⁴⁸ Token e valor são conceitos concernentes à forma e função, respectivamente, e que podem aparecer nos três tipos de processos.

3. Possessividade

- (i) atributivo: relação de posse pelo atributo e relação de posse pelo processo
- (ii) identificador: possessividade sendo expressa como característica dos participantes e possessividade sendo expressa como característica do processo

No processo de intensidade, conforme Halliday (1985), a relação existente é de igualdade, ou semelhança, pois x é y . Furtado da Cunha; Souza (2007) lembram que esse processo mostra uma qualidade sendo designada a uma entidade. Dessa maneira, o modo atributivo consiste em um atributo qualitativo sendo oferecido a um portador, como em (41). Os verbos de atribuição mais usuais são *ser*, *tornar-se*, *adquirir*, *virar-se*, *permanecer*, *parecer* etc. Prototipicamente, o atributo pertence ao grupo nominal e possui como núcleo substantivo ou adjetivo. Pronomes não se comportam como núcleos.

O modo identificador, no processo de intensidade, demonstra a relação entre diferentes entidades cujo objetivo é o uso de uma para delimitar a identidade da outra entidade. Em outras palavras, uma entidade identifica e a outra é identificada. Logo, segundo Halliday (1985, p. 115), o identificador tem duas maneiras de fornecer identidade a um elemento.

A primeira é especificando a forma do elemento identificado e a segunda maneira é especificando a função da entidade identificada. Por exemplo: duas pessoas olham uma mesma fotografia e uma delas pergunta “Quem é o Tom?”. Se a resposta for “Tom é o alto”, a especificação está pautada na forma. Se a resposta for “Tom é o inteligente”, a especificação se dá no plano da função. Nesse sentido, considerando-se que:

(43) *Tom é o alto*⁴⁹ (Tom é o significado e alto é o sinal) e;

(44) *Tom é o inteligente*⁵⁰ (Tom é o sinal e inteligente é o significado)

Halliday (1985) ressalta a importância de *token* (sinal, nome, forma) e *valor* (função, referente, significado), pois essas funções podem se comportar como identificadores, dependendo da perspectiva. Os verbos de identificação mais conhecidos

⁴⁹ Tom is the tall one

⁵⁰ Tom is the clever one

são *ser, tornar-se, equiparar, concluir, substituir, chamar, significar, definir, representar, expressar, simbolizar, perceber* etc. O modo identificador geralmente é formado por grupo nominal, contendo como núcleo substantivo ou pronome, mas não um adjetivo.

No processo relacional de circunstância, a relação estabelecida entre os termos pode ser de tempo, espaço, modo, causa, acompanhamento, assunto ou papel. Dessa maneira, no modo atributivo, o elemento circunstancial funciona como atributo de alguma entidade. Nesse caso, como assegura Halliday (1985, p. 119), o atributivo ocorre de duas formas:

a) circunstância como atributo: o atributo encontra-se na frase preposicional e a preposição é a responsável por articular a relação circunstancial (*com em Fred está com o médico*⁵¹) e;

b) circunstância como processo: o atributo encontra-se em um grupo nominal e o verbo é o responsável por articular a relação circunstancial (*concentra em minha história se concentra em um pobre menino pastor*⁵²).

O identificador, no processo de circunstância, relaciona duas entidades e são as características de tempo, espaço, modo é que promovem essa relação. Assim, a articulação realizada pelo identificador pode ocorrer de duas maneiras:

a) circunstância como participante: os participantes (identificado e identificador) funcionam como elementos circunstanciais de tempo, espaço etc. A relação existente entre os participantes é de uniformidade. Por exemplo: em *amanhã é o décimo dia*⁵³, *amanhã* e *o décimo* são elementos que indicam tempo (HALLIDAY, 1985, p. 120) e;

b) circunstância como processo: o próprio processo funciona como elemento circunstancial. Em “*uma ponte cruza/atravessa o rio*”⁵⁴ (HALLIDAY, 1985, p. 120) é possível vislumbrar que o verbo, como centro do processo, demonstra também a circunstância do evento. Logo, verbos dessa natureza são conhecidos como circunstanciais. Nessa linha, de acordo com Halliday (1985, p. 120), os verbos

⁵¹ Fred is with the doctor

⁵² My story concerns a poor shepherd boy

⁵³ Tomorrow is the tenth

⁵⁴ A bridge crosses/spans the river

circunstanciais “codificam a circunstância de tempo, lugar, acompanhamento, modo etc. relacionando participantes”. É importante dizer que orações de circunstância como processos são, na realidade, metafóricas – no sentido de metáfora gramatical.

A possessividade, como o nome já sugere, indica relação de posse, propriedade: entidade ‘x’ possui entidade ‘y’. Esse processo relacional também é verificado a partir do modo atributivo e do identificador. Halliday (1985, p. 121) assegura que no atributivo, a relação de posse tem a possibilidade de ser expressa pelo atributo (*de Peter em o piano é de Peter*⁵⁵) ou pelo processo (*tem em Peter tem um piano*⁵⁶). No caso da relação possessiva ser estabelecida via atributo, a estrutura utilizada a fim de representar essa experiência é de grupo nominal possessivo, em que o elemento possuído é chamado de portador e o possuidor é o atributo. No entanto, a relação de posse, codificada via processo, abrange duas opções de uso: (a) possuidor é portador e possuído é atributo e (b) possuído é portador e possuidor é atributo.

O modo identificador relaciona duas entidades a partir de duas maneiras: a possessividade sendo expressa como uma característica dos participantes e a possessividade sendo expressa como uma característica do processo. Na primeira, os participantes são os responsáveis por estabelecer a noção de posse. Conforme Halliday (1985, p. 122), em *o piano é de Peter*, tanto *o piano*, quanto *de Peter* mostram o que *Peter* possui. Os dois participantes tecem uma ligação de identidade, em que *o piano* é token e *de Peter* é valor. Já a possessividade sendo expressa como característica do processo aponta para o fato de que o próprio processo codifica a noção de posse, como em “*Peter possui o piano*”⁵⁷ (HALLIDAY, 1985, p. 122). Assim, pelo verbo se nota com maior clareza a possessividade. E os verbos mais utilizados para essa função são, além do protótipo “possuir”, os detentores de articulações abstratas no que tange às idéias de *conter*, *envolver*, se igualar: *incluir*, *envolver*, *conter*, *constar*, *fornecer*.

Após essa exposição acerca dos três principais processos destacados por Halliday (1985) – material, mental e relacional – cumpre tratar outros processos: comportamental, verbal e existencial. Para ele, os três últimos mantêm relações com os processos principais.

Processos comportamentais

⁵⁵ The piano is Peter’s

⁵⁶ Peter has a piano

⁵⁷ Peter owns the piano

Os processos comportamentais indicam posturas fisiológicas, psicológicas e verbais de experiência, como respirar, sonhar, sorrir, tossir, ouvir, assistir, conversar. Halliday (1985) afirma que esse tipo de processo é considerado intermediário, pois seu significado está entre processo material e mental. Isso se justifica porque, gramaticalmente, o participante é tipicamente consciente (como um experienciador), mas o processo tende a ocorrer como um “fazer”.

Para Furtado da Cunha; Souza (2007, p. 60) os processos comportamentais “são, em parte, *ação*, em parte *sentir*”. As autoras lembram que em um processo comportamental existe um participante consciente, o comportante, podendo haver, opcionalmente, um outro, o *behaviour*. Entretanto, Halliday (1985) assevera que, na maioria das orações de processo comportamental, há apenas um participante. Segue um exemplo de oração comportamental:

(45) *Pedro dormiu um sono tranquilo ontem após noites de insônia*

Nesse caso, *Pedro* é o comportante e *sono tranquilo* é o *behaviour* (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 60).

Processos verbais

Os processos verbais remetem à idéia de “dizer”. Contudo, esse “dizer” é compreendido em sentido amplo, uma vez que abrange diferentes significações no campo da troca verbal. Por isso, Furtado da Cunha; Souza (2007) asseguram que esse processo encontra-se entre os relacionais e mentais: os processos verbais mostram relações simbólicas produzidas na mente e representadas pela linguagem. Halliday (1985, p. 129) traz à baila dois exemplos que justificam o “dizer” amplo:

(46) o aviso diz para você ficar quieto⁵⁸

(47) meu relógio diz que são dez e meia⁵⁹

⁵⁸ the notice tells you to keep quiet

⁵⁹ my watch says it's half past ten

Pelas sentenças mencionadas, é possível inferir que um processo verbal não exige um participante consciente. Dessa forma, segundo Furtado da Cunha; Souza (2007) e Halliday (1985), as orações verbais apresentam três participantes, o dizente (quem comunica), o receptor (participante facultativo para quem a comunicação é endereçada) e a verbiagem (participante que codifica o dito).

Processos existenciais

Os processos existenciais representam algo que existe ou acontece. Segundo Halliday (1985), orações desse tipo de processo são construídas, prototipicamente, com o verbo *ser* ou com outros verbos que exprimem a idéia de existência (*existir, surgir*) acompanhados de grupo nominal funcionando como existente. Logo, o existente se configura como o único participante de um processo existencial. Furtado da Cunha; Souza (2007, p. 59; grifos das autoras) afirmam que, em português, o processo existencial é tecido pelos verbos *haver* e *existir*, como nos seguintes exemplos:

(48) *Afinal existe coisa mais fantástica do que pegar na mão do gato...*

(49) *O estoque de riqueza no planeta cresce e há uma diminuição das desigualdades.*

Circunstâncias

As circunstâncias são importantes elementos para a análise da transitividade porque demonstram, conforme Furtado da Cunha; Souza (2007), as condições atreladas aos processos. Segundo Halliday (1985, p. 137), em inglês, os principais tipos de elementos circunstanciais são: extensão e localização; modo; causa; acompanhamento; assunto e papel.

A extensão é de cunho espacial (distância) e temporal (duração/frequência). Ou seja, a extensão verifica, ratifica, informa as condições de cumprimento de um evento. Cumpre explicitar que a diferença entre o conceito de extensão referente à circunstância e o conceito de extensão referente ao participante é tênue. Contudo, Halliday (1985) retrata que a extensão de circunstância remete às unidades de medida de um modo geral, como jardas, anos etc. denotando quantidades definidas ou indefinidas. A estrutura

típica dessa extensão é formada por um grupo nominal com ou sem preposição. Já a extensão de participante, como foi mencionada anteriormente, encontra-se inserida em diferentes condições, constituindo o espectro dessas unidades de medida.

A localização encontra-se calcada no binômio lugar/tempo e diz respeito a observar o *locus* de um evento. Segundo Halliday (1985), o lugar e o tempo permitem visualizar localizações concretas e abstratas, dependendo do contexto de uso dos verbos de processos. Furtado da Cunha; Souza (2007, p. 61; grifos das autoras) apresentam um exemplo prototípico de localização, pautado em uma idéia concreta de lugar:

(50) *Nem imaginava que havia um estúdio aqui ao lado...*

O modo, outro elemento circunstancial, denota a maneira do cumprimento de um processo e, de acordo com Halliday (1985), se divide em três subcategorias: meio, qualidade e comparação. O meio aponta o que favoreceu o acontecimento de um processo. O instrumento, nesse caso, é um tipo de meio. Frase preposicional formada pelas preposições *por* ou *com* é a estrutura mais utilizada por essa subcategoria. A qualidade caracteriza um processo e as estruturas mais típicas para representar qualidade são os grupos adverbiais. Já a comparação, prototipicamente, é expressa por uma frase preposicional acompanhada de *como*, em língua inglesa.

A causa também se divide, segundo Halliday (1985), em três subcategorias, razão, propósito e interesse. A razão explicita a causa, o porquê de um determinado processo acontecer. A razão é expressa, tipicamente, por frase preposicional acompanhada de *por* ou de preposições complexas como *por causa de* etc. O propósito diz respeito ao motivo, a intenção de uma ação acontecer. O propósito é estruturado, geralmente, por frase preposicional com *para* ou com preposições complexas do tipo *para efeito de* etc.

Finalmente, a subcategoria interesse aponta entidades, geralmente pessoas, para quem as ações do evento são de real interesse. São codificadas por frases preposicionais com *por* ou com preposições complexas do tipo *por alguém/algo* etc. Halliday (1985) afirma que os princípios dessa categoria estão em consonância com o conceito de beneficiário – lembrando que beneficiário é quem se beneficia, quem é atendido por determinada ação.

O acompanhamento é “uma forma de participação conjunta em um processo” (HALLIDAY, 1985, p. 141) e, por isso, essa categoria é identificada através dos

significados de *e, ou, não*. O acompanhamento é codificado por frases proposicionais constituídas de preposições do tipo *com, sem, além de, em vez de alguém/algo*. O assunto remete ao questionamento (*sobre o quê?*). Isso significa dizer que o assunto diz respeito à temática tratada em um processo. Essa categoria é constituída por frases proposicionais com preposições do tipo *sobre, a respeito de* etc. A última circunstância, papel, refere-se, nos termos de Halliday (1985, p. 142), ao questionamento “*como?*”. O significado de *ser*, articulado ao atributo ou a identidade, auxilia na construção do papel. A preposição *como* é a mais comumente utilizada nesta categoria, como no seguinte exemplo:

(51) *Eu venho aqui como um amigo*⁶⁰.

As orientações teóricas propostas por Hopper; Thompson (1980) e Givón (1984) demonstraram que a transitividade é um fenômeno organizacional, gradiente, cuja prototipicidade está calcada na figura do sujeito agente, do verbo de ação e do objeto afetado. No entanto, a noção de gradiência da transitividade prevê os desvios do protótipo. Isto é, considera os usos que não são considerados típicos.

Halliday (1985) apresenta a oração como representação de experiências e, nessa linha, a transitividade é um fenômeno de cunho ideacional, realizado pelo construto semântico básico de representação de processos. Os processos, por dizerem respeito mais diretamente aos verbos e às imbricações suscitadas por eles [bem como pelos participantes e circunstâncias] em cada evento, expressariam com maior nitidez a idéia de transitividade como gramática da oração.

Assim, consideramos que é nesse ponto que os três estudos se convergem. Ou seja, através de Hopper; Thompson (1980), Givón (1984) e Halliday (1985) é possível verificarmos a transitividade como um fenômeno organizacional, que abrange toda a oração. Essas visões têm sustentado análises funcionalistas a respeito da transitividade.

Nesse sentido, antes de mostrarmos a análise dos dados, faremos uma explanação acerca do gênero carta do leitor, que compõe o nosso *corpus*.

⁶⁰ I come here as a friend.

CAPÍTULO 2

O GÊNERO CARTA DO LEITOR

Neste capítulo, mostraremos as características da carta do leitor, bem como as concepções de gênero do discurso. Tal percurso se faz necessário porque analisaremos a transitividade em um *corpus* constituído de cartas do leitor. E esses textos foram confeccionados em ambiente escolar, a partir de uma orientação sócio-discursiva.

Assim, temos o objetivo de observar a natureza do *corpus* analisado com a finalidade de relacionar as concepções sócio-discursivas com as funcionalistas. Esse *diálogo* teórico auxilia na compreensão do comportamento da transitividade no gênero carta do leitor.

Para tanto, neste capítulo, teremos como pressuposto teórico básico a sócio-discursividade de Bakhtin (2000), pois é a principal referência utilizada nas aulas de língua portuguesa do CEPAE/UFG. Apoiaremos-nos também em autores que compartilham e discutem as idéias bakhtinianas, como Rodrigues (2005), Machado (2005), Bezerra (2005) e Souza (2005). E, a fim de construir a relação entre sócio-discursividade e funcionalismo, utilizaremos a concepção de interação verbal de Dik (1997).

2.1. Os gêneros do discurso

Para Bakhtin (2000), a língua (oral e escrita) faz parte das atividades humanas e, por isso, os enunciados, com seus componentes (conteúdo temático, estilo e construção composicional) são os elementos que efetivam o uso da língua. Os enunciados são, portanto, meios de atingir os propósitos comunicativos em situação de uso da língua.

Essa concepção vai ao encontro da idéia de uso da língua que a Gramática Funcional adota. Dik (1997, p. 6) diz que “a língua não é uma função em isolamento: ela é uma parte integrada à vivência humana”. Isso significa que os falantes de uma língua emitem enunciados com propósitos comunicativos, em variadas situações – assim como afirma Bakhtin (2000).

Dessa maneira, os gêneros do discurso estão engendrados à idéia de enunciado: eles [os gêneros] são enunciados individuais, em que “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p.

279; grifo do autor). Ou seja, os gêneros do discurso não desconsideram a unicidade e o dinamismo de uma interação verbal, mas reconhecem que, com a finalidade de construir estratégias comunicativas em qualquer ambiente de interação, a própria língua, refletida no enunciado, faz uso de alguns *eixos*, de certo modo, *padronizados*, que se adequam a cada momento de interação verbal.

Rodrigues (2005) aponta a relação dialética existente entre gêneros e enunciados na perspectiva bakhtiniana. O engendrar dos gêneros com os enunciados acontece a partir da observação da historicidade dos gêneros e, assim, eles assumem “a mesma natureza dos enunciados (natureza social, discursiva e dialógica), ao tomá-los como seus tipos históricos” (RODRIGUES, 2005, p. 163).

Bakhtin (2000) afirma ainda que a variedade de gêneros é infinita, já que eles são inerentes à atividade humana e, por isso, são heterogêneos. Logo,

os gêneros se constituem e se estabilizam historicamente a partir de novas situações de interação verbal (ou outro material semiótico) da vida social que vão se estabilizando, no interior [de cada esfera da atividade humana] (RODRIGUES, 2005, p. 164-165).

E é a historicidade, vivida em cada esfera da atividade humana, que garante novas interações e, conseqüentemente, a heterogeneidade dos gêneros. Bakhtin (2000) elenca alguns gêneros: a curta réplica do diálogo cotidiano, os documentos oficiais, as declarações públicas, a exposição científica, os textos literários, as cartas em suas variadas formas etc.

Essas noções embasam este estudo, haja vista que o *corpus* de análise se constitui de cartas do leitor escritas em sala de aula, ou seja, investigaremos como a transitividade organiza o texto e, conseqüentemente, o discurso, a partir do gênero carta do leitor.

Conforme Bakhtin (2000), para analisar os gêneros do discurso, deve-se observar a diferença entre gênero do discurso primário e gênero do discurso secundário. O primeiro remete às formas de enunciado mais simples, como o diálogo cotidiano, a carta pessoal etc. E o segundo relaciona-se aos modos mais complexos de utilização da língua, como na literatura, no discurso científico, entre outros.

Cumprido dizer que os gêneros primários e secundários não se encontram, necessariamente, separados no momento de uso da língua. O autor cita como exemplo disso o fato de um diálogo cotidiano e uma carta, gêneros primários, estarem em um

romance literário, gênero secundário. No entanto, essa distinção é de cunho teórico e metodológico, com o intuito de investigar a natureza do enunciado.

Após esse reconhecimento dos gêneros primário e secundário, Bakhtin (2000) ainda ressalta que a Lingüística possui algumas problemáticas de análise no que tange à estilística. O estilo, de acordo com o autor, está intrinsecamente ligado aos gêneros do discurso, que, por sua vez, é um “elemento na unidade de gênero de um enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 284). Nesse momento, é importante lembrar que, de acordo com esse prisma, o enunciado é individual. E a problemática encontra-se nessa interface, pois “nem todos [os gêneros] são propícios ao estilo individual” (BAKHTIN, 2000, p. 283).

O autor, diante disso, sugere que a estilística deve ser analisada considerando-se a noção de diversidade de gêneros. Assim, podemos inferir que a diversidade de gêneros é que garante o alcance dos propósitos comunicativos. Segundo Bakhtin (2000, p. 284), “uma dada função gera um dado gênero”.

Essa noção de diversidade de gêneros está em consonância com o Funcionalismo. Para Dik (1997), a expressão lingüística é mediadora de sentido dos diferentes enunciados produzidos pelos usuários da língua. Desse modo, os falantes usam a expressão lingüística em inúmeros enunciados. E esses mesmos enunciados, imbuídos de funções, fazem surgir gêneros, que demonstram as intenções comunicativas dos falantes.

Dessa maneira, em sua proposta discursiva, Bakhtin (2000, p. 289) assegura que “língua se deduz da necessidade do homem de expressar-se, de exteriorizar-se”. Tal assertiva é o ponto de partida para destacar a existência da multiplicidade de locutores e, então, para criticar a idéia de ouvinte e receptor estáticos.

Para Bakhtin, tudo o que se afirma sobre a relação falante/ouvinte e da ação do falante sobre um ouvinte passivo não passa de “ficção científica”, um raciocínio raso que desconsidera o papel ativo tanto de um quanto de outro sem o qual a interação não acontece (...) Todo discurso só pode ser pensado, por conseguinte, como resposta. O falante, seja ele quem for, é sempre um contestador em potencial. (MACHADO, 2005, p. 156).

Logo, de acordo com Bakhtin (2000), a relação entre os interlocutores se baseia em um dialogismo. O ouvinte não é somente um mero receptor de informações. Ele assume, por exemplo, atitude responsiva ativa (concorda, discorda etc) diante de seu

interlocutor. Isso significa dizer que “o ouvinte torna-se o locutor” (BAKHTIN, 2000, p. 290) e, portanto, a comunicação verbal não é uma via de mão única. Machado (2005) elucida que as posições falante e ouvinte, nessa orientação, não são fixas; elas se articulam a partir da mobilização discursiva durante o processo da enunciação.

Essa visão vai ao encontro do modelo funcionalista de interação verbal proposto por Dik (1997):

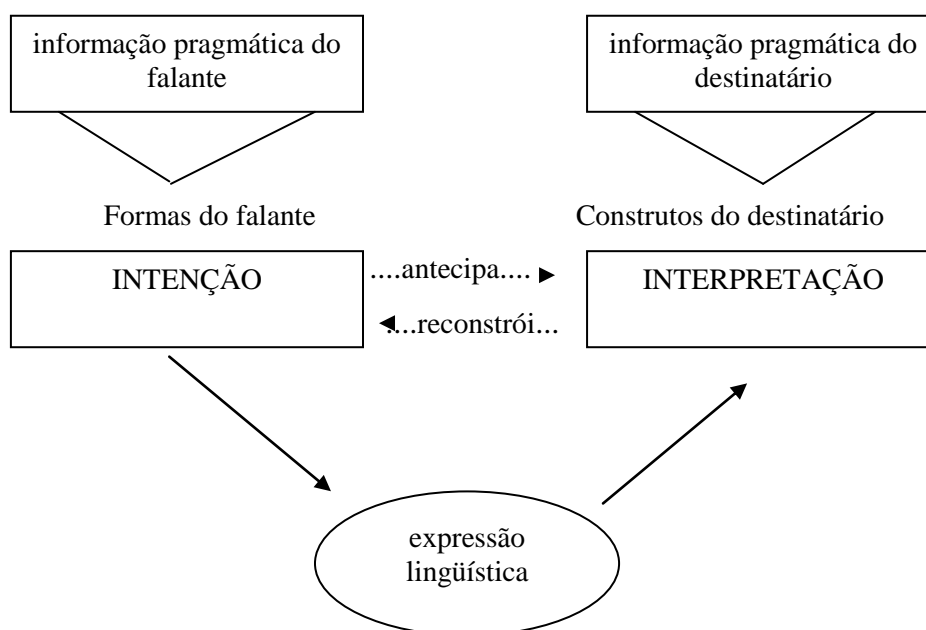


Figura 1: Modelo de interação verbal (DIK, 1997, p. 8)

No modelo acima, a linguagem é vista como um processo de interação social, em que falante e ouvinte possuem informações pragmáticas as quais são essenciais para construir a intenção do falante e a interpretação do ouvinte no ato de fala. Esse processo não é estático, podendo haver, por exemplo, antecipações e/ou reconstruções; ele é mediado pela expressão lingüística.

Os gêneros, nesse processo complexo de comunicação, satisfazem às necessidades dos interlocutores. Todavia, dentro da variedade, cada gênero contém formas relativamente estáveis. “Os enunciados sempre possuem, como unidades da comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, *fronteiras* claramente delimitadas” (BAKHTIN, 2000, p. 293; grifo do autor).

Machado (2005) reconhece a emergência da prosa – na cultura como um todo, mas em especial a partir da emergência do romance – um grande aspecto, que motivou Bakhtin a desenvolver discussões a respeito dos gêneros do discurso considerando a noção de dialogismo.

O dialogismo, ao valorizar o estudo dos gêneros, descobriu um excelente recurso para ‘radiografar’ o hibridismo, a heteroglossia e a pluralidade de sistemas de signos na cultura. (MACHADO, 2005, p. 153).

A emergência da prosa, de acordo com Machado (2005), é uma situação discursiva em que há a possibilidade de se debater idéias, de se produzir opiniões, sem a polarização de construções discursivas. Seguindo esse raciocínio, o dialogismo torna viável a produção do enunciado e, como, pela historicidade, a natureza do gênero se iguala à do enunciado, o dialogismo acaba propiciando produção de diferentes gêneros, em diversas esferas da atividade humana.

Bezerra (2005) aponta um outro fundamento bakhtiniano importante: a polifonia. Ao analisar o romance, além de prever as relações dialógicas, Bakhtin propõe a existência de duas modalidades do referido gênero, a monológica e a polifônica. O romance monológico é aquele em que o gênero é permeado pelas idéias de “monologismo, autoritarismo, acabamento” (BEZERRA, 2005, p. 191). No monologismo, o autor se porta como único detentor da consciência, das vozes, do que é dito.

Assim, essa postura encontra-se articulada a um autoritarismo calcado na concepção de dogma e a um acabamento que encerra todas as possibilidades de movência das personagens, sem sujeição ao autor, no decorrer do romance. Já a modalidade polifônica admite como constituintes da prosa romanesca “realidade em formação, inconclusibilidade, não acabamento, dialogismo, polifonia” (BEZERRA, 2005, p. 191). Ou seja, o gênero é algo que está em constante construção, devido ao fato das personagens serem, também, detentoras de voz.

Na ótica da polifonia, as personagens que povoam o universo romanesco estão em permanente evolução. O dialogismo e a polifonia estão vinculadas à natureza ampla e multifacetada do universo romanesco, ao seu povoamento por um grande número de personagens, à capacidade do romancista para recriar a riqueza dos seres e caracteres humanos traduzida na multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada (BEZERRA, 2005, p. 191-192).

A voz do autor não possui, nessa linha, soberania sobre as outras. As vozes interagem entre si, em processo dialógico, e o autor funciona como um regente, sem, no

entanto, controlá-las. A noção de polifonia tratada por Bakhtin, em suas investigações acerca do romance, também fornece subsídios na verificação da presença de diversas vozes em outros gêneros do discurso. À medida que discursos são proferidos, considerando-se o dinamismo dos gêneros, vozes e mais vozes aparecem articulando, embasando, sugerindo, ratificando as seleções discursivas realizadas por quem, em prática dialógica, diz algo.

Partindo dessas considerações, na seção subsequente serão mostradas as características principais do gênero carta do leitor.

2.2. O gênero carta do leitor

O ensino de língua portuguesa, ao adotar os gêneros do discurso como orientações teórico-metodológicas, propicia aos alunos a oportunidade de desenvolver o binômio leitura/escrita de uma maneira articulada à realidade social. Os pressupostos de Bakhtin explicitados anteriormente, que defendem os gêneros como manifestações dinâmicas e heterogêneas de uso da linguagem em distintas esferas humanas, confirmam essa posição.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Logo, percebe-se que cada situação humana vivida, em suas infinitas imbricações, constrói determinado(s) gênero(s).

Essas observações suscitam alguns questionamentos: se os gêneros são diversos, heterogêneos, assim como ressalta Bakhtin (2000), como o professor de língua materna deve selecionar os gêneros os quais serão trabalhos em sala de aula? Os gêneros literários devem ter preferência nesse processo de escolha?

Primeiramente, a postura adequada do professor diante dessa situação é analisar o contexto da sala de aula em que atua, observar os interesses e necessidades discentes para que haja, de fato, um processo de ensino/aprendizagem que contemple a realidade social.

A etapa subsequente é verificar a viabilidade de aplicação, o acesso aos inúmeros gêneros existentes. Por exemplo. Se o professor decide discutir o gênero *e-*

mail, ele deve considerar se a escola possui um laboratório de informática e/ou se os estudantes manuseiam, com frequência, computadores em casa, em *lan houses* etc.

Quanto à preferência em se discutir gêneros literários, cumpre dizer que essa tendência é fruto de uma tradição didática a qual exhibe os cânones literários como únicas referências do *bom uso* do português. Evidentemente, a literatura é, sim, de extrema importância no ensino de língua portuguesa, pois é a expressão artística da linguagem. Contudo, não é o único caminho a ser percorrido durante a trajetória escolar.

É interessante destacar novamente que o lidar com a linguagem envolve, nos termos bakhtinianos, infinitas esferas de atividades humanas. Logo, gêneros mais relacionados ao processo de exposição/argumentação encontram-se mais próximos às interações diárias vividas pelas pessoas.

Então, nesse sentido, inferimos que os gêneros jornalísticos se apresentam como alternativas viáveis e aplicáveis em sala de aula de português. Os jornais fazem parte do cotidiano do cidadão e, “por dar prioridade aos fatos sociais que ocorrem em determinada sociedade, o jornal constitui excelente material didático para o ensino de leitura e produção de texto” (SOUZA, 2005, p. 58).

Assim, a carta do leitor se apresenta como um gênero jornalístico bastante adequado para fins didáticos, “pois é de fácil acesso, demonstra um contato, [dos alunos], com os fatos recentes da sociedade e está escrito em registro formal ou semi-formal do Português” (BEZERRA, 2005, p. 208-209).

Nessa perspectiva, nota-se que o gênero em questão abrange a expectativa do processo de leitura e escrita assumir função social efetiva. Bezerra (2005) destaca também que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que norteiam práticas didáticas e conteúdos a serem desenvolvidos nas escolas brasileiras, prevêem a presença da carta de leitor, bem como de outros gêneros jornalísticos, literários, de divulgação científica e de publicidade, no ensino de língua portuguesa. Tais fatos justificam a escolha de analisar a carta do leitor em ambiente escolar.

A carta do leitor, segundo Bezerra (2005), é uma seção de jornais e revistas que permite o contato entre os leitores e o meio de comunicação. Esse gênero contém uma função social, pois oferece às pessoas a oportunidade de se posicionarem publicamente sobre qualquer fato. Pela carta do leitor é possível expressar opiniões, críticas, reclamações, solicitações, felicitações etc. Dessa maneira, percebemos que, na produção de uma carta do leitor, o usuário da língua utiliza argumentos geralmente de natureza pragmática, isto é, de acordo com o seu próprio conhecimento de mundo.

Cumpra explicar duas interfaces desse gênero em uso real, a triagem e a edição. Bezerra (2005) afirma que, por motivos de espaço ou pelas idéias defendidas por determinadas mídias, as cartas do leitor podem sofrer modificações realizadas por parte dos editores. “O que acaba por configurar-se como uma carta com co-autoria: o leitor, de quem partiu o texto original, e o jornalista, que o reformulou” (BEZERRA, 2005, p. 211).

Esse viés justifica a estrutura geralmente curta de uma carta do leitor. Quem escreve já produz o texto condicionado a esse fator ou, então, se a carta estiver longa e/ou em desacordo com a ideologia do jornal, da revista, existem jornalistas preparados para reconstruir textos.

Até o momento, realizamos dois percursos teóricos. O primeiro, a respeito da transitividade à luz do funcionalismo. Já o segundo percurso, este capítulo, traz uma explanação sócio-discursiva, articulada ao funcionalismo, acerca da carta do leitor, gênero que compõe o *corpus* e no qual será analisada a organização transitiva.

Após essa etapa de cunho teórico, mostraremos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa para, enfim, analisarmos a transitividade em cartas do leitor produzidas em sala de aula do CEPAE/UFG.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1. Considerações gerais

A interação verbal entre usuários de uma língua é dinâmica, conforme Dik (1997). O falante enuncia a partir de suas intenções, informações pragmáticas e possíveis antecipações de interpretação feita pelo ouvinte. Nesse sentido, o ouvinte é capaz de interpretar o enunciado do falante pautado em suas próprias informações pragmáticas, para reconstruir esse mesmo enunciado produzido pelo seu parceiro de interação. Cumpre dizer que falante e ouvinte não são posições estanques. O falante pode se tornar ouvinte e vice-versa.

Dessa maneira, percebemos que a concepção de interação verbal supracitada contempla a análise da língua em uso, considerando as condições pragmáticas em que falante e ouvinte encontram-se inseridos. Assim, os pressupostos de Dik (1997) sedimentam nosso objetivo maior: analisar a tendência da organização transitiva na língua em uso, no gênero carta do leitor no ambiente escolar.

Para cumprirmos esse objetivo, optamos em analisar cartas do leitor produzidas em contexto escolar, confeccionadas por alunos de quarta série, do ano de 2003, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG). Desse modo, neste capítulo, há uma explanação acerca do *corpus*, da justificativa de escolha do gênero em questão, bem como dos procedimentos metodológicos aplicados na análise dos dados.

3.2. A composição do *corpus*

O *corpus* arrolado para este trabalho é constituído de 100 cartas do leitor, escritas por estudantes da quarta série A e B do CEPAE/UFG. Esses textos foram coletados, ao longo do ano de 2003, pela docente de língua portuguesa dessas turmas, a Profa. Dra. Lusinete Vasconcelos de Souza. Ela, percebendo a importância de se pesquisar os usos lingüísticos em textos feitos nas condições de produção oferecidas pela escola, gentilmente cedeu inúmeras cartas do leitor de seus alunos.

Tal seleção se deu – após leituras de todos os textos que a Profa. Dra. Lusinete Vasconcelos de Souza nos disponibilizou – a partir das cartas do leitor e dos temas os quais consideramos mais produtivos e representativos, isto é, que os alunos demonstraram maior conhecimento tanto do gênero, quanto dos temas propostos pela professora. Assim, organizamos as cartas do leitor e seus respectivos temas do seguinte modo:

Temas	4ª série A	4ª série B
Problemas do transporte coletivo na grande Goiânia	25 textos	25 textos
Invasão dos sem-tetos em prédio inacabado da região metropolitana de Goiânia	25 textos	25 textos

Quadro 5: Organização do *corpus*

Esses temas se apresentaram como produtivos, pois os alunos, nas tentativas de montar suas opiniões e argumentos, se posicionaram através de seus conhecimentos e intenções pragmáticas. Quanto à carta do leitor, também atenderam às expectativas exigidas pelo gênero.

Em geral, os estudantes reconheceram e aplicaram: a interlocução; a interação com os editores do veículo de comunicação ao qual a carta foi destinada; a possibilidade de publicação do texto e a necessidade de emitir uma opinião sobre o tema discutido, aspectos inerentes ao gênero.

Nesse universo de 100 cartas do leitor, foi preciso selecionar alguns textos a fim de compor a análise qualitativa da transitividade. Para tanto, arrolamos 10 textos representativos quanto às características e funcionalidade do gênero. Um deles é o seguinte:

Goiânia, 12 de Fevereiro de 2003⁶¹

R. J.⁶²

4^a A

Senhores editores do jornal “O Popular”

Li em uma edição do dia 12, que sem-tetos invadiram uma construção, no bairro de Santo Antônio.

27 famílias a cerca de 70 pessoas invadiram a área onde estavam construindo 3 blocos com 12 apartamentos, da construtora Fontelle que falira, e a construção estava abandonada, por 5 anos.

Segundo um dos líderes o prédio servia para esconderijo de marginais. Depois a polícia falou para eles se retirarem.

Na minha opinião, eu concordo com os sem-tetos, porque o prédio estava abandonado, e eles tentaram pagar IPTU, mas não conseguiram.

Eu espero que leiam atentamente esta carta.

Ass: R. J.

O texto acima atende as expectativas básicas da carta do leitor, visto que o autor estabelece interlocução, expõe o tema e a sua opinião sobre ele. E, a partir da sócio-discursividade inerente ao gênero, as cartas do leitor do *corpus* analisado, em sua materialização lingüística, apresentam-se predominantemente organizadas nos seguintes termos:

1. Local e data;
2. Vocativo (destinatário);
3. Apresentação, identificação, caracterização ou simples menção de quem escreve;
4. Motivo de escrita da carta;
5. Propósitos comunicativos em prol da argumentação (opinião, solicitação, reclamação, entre outros);
4. Despedida.

O tema dessa e das outras nove cartas escolhidas para a análise qualitativa é: *Invasão dos sem-tetos em prédio inacabado da região metropolitana de Goiânia*. Optamos por esse tema porque ele foi desenvolvido pelos alunos de modo mais consistente. Ou seja, sua estrutura argumentativa/opinativa está mais bem construída do que no tema *Problemas do transporte coletivo na grande Goiânia*. Isso aconteceu porque o tema ligado aos sem-teto foi feito depois de várias outras propostas, inclusive após a qual é relacionada ao transporte coletivo.

⁶¹ Os textos foram transcritos obedecendo, fielmente, suas configurações originais.

⁶² Optamos por explicitar apenas as duas primeiras iniciais dos nomes dos alunos, por razões éticas.

Com esse reconhecimento do corpus analisado, segue a justificativa da escolha do gênero produzido no CEPAE/UFG.

3.3. O CEPAE/UFG e a escolha do gênero carta do leitor

O uso da língua – e dos gêneros discursivos – na escola é visto como ficcional, piloto, uma simulação do uso real, uma vez que a motivação do aluno em escrever, na escola, em geral, parte das aulas, da proposta do professor.

De fato, o uso lingüístico escolar é sim ficcional, ainda mais se o comparamos com o uso não-escolar. Em outras palavras, uma carta do leitor produzida em uma aula de língua materna, por exemplo, apresenta motivações diferentes de uma carta escrita por um leitor do jornal *O Popular*. Entretanto, acreditamos que uma condição de produção não invalida a outra e nem o papel social do gênero.

Schneuwlye e Dolz (2004, p. 81) consideram que uma das funções do ensino de gêneros

[é] de colocar os alunos em situações de comunicação que sejam o mais próximas possível de verdadeiras situações de comunicação, que tenham um sentido para eles, a fim de melhor dominá-las como realmente são, ao mesmo tempo sabendo, o tempo todo, que os objetivos visados são (também) outros.

Nesse sentido, observamos que a escola, ao adotar a perspectiva de gêneros do discurso em suas práticas de ensino, simula usos. No entanto, tal simulação tem como objetivo aproximar a sala de aula das verdadeiras situações de comunicação. Por isso, reafirmamos: uma condição de produção não invalida a outra. E usos, estratégias lingüísticas de textos escolares também podem ser encontrados em textos de outras situações comunicativas.

Essa aproximação entre uso escolar e uso da língua em diversas situações comunicativas, através do ensino de gêneros, é realizada pelo CEPAE/UFG. Esta instituição possui como orientação teórico-metodológica de ensino de língua portuguesa contemplar, em sala de aula, os gêneros que circulam socialmente. Bakhtin é o principal autor que embasa essa concepção. Os estudantes, desde as séries iniciais, têm contato com diversos gêneros do discurso, o que viabiliza a compreensão do uso e funcionamento da língua em diferentes situações de interação.

A Profa. Dra. Lusinete Vasconcelos de Souza nos relatou que sua metodologia de ensino consiste em mostrar, em classe, exemplos de gêneros materializados em uso real. No caso das cartas do leitor, a professora levou várias cartas do leitor publicadas em *O Popular*, por ser um jornal de grande circulação em Goiânia. Além disso, ela apresentou aos alunos desde a funcionalidade (para quê serve o gênero) até a sua estruturação prototípica.

Antes de propor uma produção de carta do leitor, a professora discutiu, suscitou a reflexão do tema a ser desenvolvido. Os temas são atuais e próximos da realidade do alunado, o que facilita a tessitura das exposições, dos argumentos, das opiniões.

Assim, notamos que o ensino de língua portuguesa no CEPAE/UFG usa abordagem sócio-discursiva, possui um ensino de língua materna que se preocupa em realizar a interface entre produções escolares e situações comunicativas em outros locais e condições. Os usos da linguagem são diversificados, dinâmicos. Cada gênero discursivo mostra situações e condições diferenciadas de troca verbal. Essas idéias, de certo modo, vão de encontro ao modelo de interação proposto por Dik (1997).

Outro ponto que nos motivou a verificar a organização transitiva nesse *corpus* é o fato de ele ser composto de um gênero jornalístico: a carta do leitor. De acordo com Mendonça (1999, p. 20; grifos do autor)

Usar texto jornalístico em sala de aula significa, portanto, ensinar a língua de maneira pragmática, espontânea. Toma-se como ponto de partida o conhecimento passivo da língua (domínio de um conjunto de palavras e construções sintáticas, necessário para se compreender o que se ouve ou o que se lê), exercido durante a leitura e compreensão dos assuntos de seu interesse, que estão nas páginas dos jornais. Daí o aluno vai passar a incorporar o que foi lido e aprendido ao domínio ativo da língua, fazendo seu uso através da linguagem oral, por ocasião do debate, e escrita, pela sua produção textual.

Esse “domínio ativo da língua” apontado por Mendonça (1999) é um processo contínuo de aquisição de diferentes usos lingüísticos por parte do aluno. E o jornal propicia a oportunidade de conhecer inúmeras possibilidades de uso da linguagem, tanto em relação ao gênero, quanto às estratégias sintáticas.

A carta do leitor, nesse espectro, é um gênero que se mostra interessante na aplicação em sala de aula. Ele é jornalístico, mas tem suas bases semelhantes à de outras cartas, como a pessoal, oficial etc. Isso favorece a reflexão e o exercício comparativo

entre os diversos tipos de carta. Em relação à sua materialidade, é um texto relativamente curto, de fácil operacionalidade para o professor. E, mesmo sendo curto, viabiliza ensinar estratégias argumentativas e sintáticas que, posteriormente, podem ser reconstruídas em outros gêneros de cunho argumentativo.

Nesse sentido, observar a transitividade em cartas do leitor oferece a chance de verificarmos a tendência da organização sintático-semântica em âmbito frasal, nos termos de Hopper; Thompson (1980), de um gênero cujo propósito comunicativo maior é argumentar, opinar.

Agora, apresentaremos os procedimentos metodológicos aplicados na análise dos dados.

3.4. Procedimentos metodológicos

A análise da transitividade em cartas do leitor foi realizada a partir dos seguintes procedimentos:

3.4.1. Reconhecimento e leitura do *corpus*, considerando as estratégias de ensino do gênero carta do leitor adotadas pela Profa. Dra. Lusinete Vasconcelos de Souza em sala de aula. Essa consideração é fundamental para compreendermos quais foram as condições de produção dos textos que compõem o *corpus*.

3.4.2. Seleção de 100 cartas do leitor a fim de constituir a base de dados a serem pesquisados. Dentre esses 100 textos, arrolamos 10 para mostrarmos, na análise qualitativa, a tendência da organização transitiva do *corpus*.

3.4.3. Nas 10 cartas do leitor escolhidas, coletamos todos os verbos e, em seguida, verificamos o comportamento quanto ao dinamismo de cada verbo conforme Dik (1997). O intuito dessa etapa é observar quais são os verbos de ação, processo, posição e estado.

3.4.4. Como veremos no próximo capítulo, a grande maioria dos verbos das 10 cartas selecionadas denotam ação. Assim, como este trabalho visa demonstrar a tendência da organização transitiva em cartas do leitor, decidimos apresentar e discutir na análise qualitativa ocorrências que contêm verbos de ação. A escolha das ocorrências a serem

discutidas se deu por recorrência, ação mais ligada ao protótipo de *fazer*, bem como por uso lingüístico inovador. Além disso, a cinese é um dos primeiros parâmetros sintático-semânticos de transitividade apontados por Hopper; Thompson (1980), pois demonstra se o evento expressa ação.

3.4.5. Após a seleção das ocorrências, analisamos cada uma sob o ponto de vista sintático-semântico, considerando sua valência e estratégia sintática. Em seguida, nos apoiamos nos pressupostos teóricos a respeito de transitividade, já explicitados no capítulo 1: Givón (1984, 1993a), Halliday (1985) e Hopper; Thompson (1980).

3.4.6. Ao final deste estudo, relacionamos a tendência da transitividade encontrada com as concepções de gênero do discurso, levando em conta o gênero carta do leitor, e a tipologia textual.

Nesse sentido, no capítulo subsequente, apresentaremos a análise da transitividade em cartas do leitor produzidas no CEPAE/UFG. Essa análise nos apontará a tendência da organização transitiva do *corpus* em questão.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO TRANSITIVA SOB O PONTO DE VISTA SINTÁTICO-SEMÂNTICO

4.1. Considerações gerais

Esta pesquisa tem como objetivo principal observar a tendência da organização transitiva, em cartas do leitor escritas em ambiente escolar, a partir da concepção funcionalista da linguagem.

Para tanto, em um universo de 100 cartas dos alunos de quarta série do CEPAE/UFG, selecionamos 10, a fim de constarem na análise qualitativa. São cartas elaboradas em torno do tema *invasão dos sem-teto em prédio inacabado da região metropolitana de Goiânia*.

Nesses textos, começamos nossa análise verificando os Estados de Coisas que os verbos representam (Dik, 1997; Neves, 2000), a partir da noção de dinamismo verbal. Os verbos são dinâmicos quando denotam ação e processo, que se diferenciam a partir do traço de [+ ou – controle] do sujeito envolvido.

Opostos aos Estados de Coisas dinâmicos estão os verbos representativos de Estados de Coisas não-dinâmicos (estado e posição), que expressam nuances semânticas opostas aos verbos de ação, distintos a partir da combinação dos traços [- dinamismo] e [+ ou – controle].

Assim, partindo dessas noções de dinamismo verbal, arrolamos todos os verbos das 10 cartas do leitor analisadas. O resultado quantitativo consta na tabela a seguir:

ir+Vgerúndio	2	2.27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	88	100	Total	23	100	Total	48	100	Total	60	100

Tabela 1: Análise quantitativa dos verbos a partir da noção de dinamismo verbal (DIK, 1997; NEVES, 2000)

Conforme se pode depreender do quadro, Estados de Coisas dinâmicos e com o traço [+ controle], representados por verbos de ação, predominam nas cartas do leitor analisadas, ocorrendo em 40.18% do total de verbos, independentemente da constituição estrutural da carta, ou seja, aparecem desde o vocativo até a despedida, independentemente do tipo textual que ajudam construir. Verbos representativos de processo aparecem em 10.50% do total. Posição e estado apresentam, respectivamente, 21.91% e 27.39%.

A recorrência dos verbos de ação nos levou a optar pela análise desse tipo de verbo, considerando-se que o objetivo maior deste estudo é verificar a tendência da organização transitiva nas cartas analisadas, sendo perfeitamente compatível esse recorte.

É válido destacar que, na Tabela 1, perífrases constituídas com os verbos modais *querer*, *tentar*, *gostar*, *poder* e *dever* foram consideradas como verbos de processo, pois eles apresentam os traços [+ dinâmico] e [- controle], expressando modo *irrealis*. Porém, na análise qualitativa, não tratamos de eventos envolvendo modalidade porque esse viés exige um aparato teórico mais específico a respeito do assunto. E o intuito do trabalho é mostrar, como foi mencionado, a tendência, em âmbito geral, da organização transitiva do *corpus* analisado.

As ocorrências a serem observadas foram escolhidas através de dois critérios: recorrência do uso do verbo e uso linguístico inovador. Nesse sentido, o capítulo em questão se divide nas seguintes seções: *ação prototípica*, que detém dados que se aproximam mais da noção de ação discernível no mundo físico, e, *ação não-prototípica*, que apresenta ocorrências com verbos de ação desviantes do protótipo, como ações no plano mental, do dizer.

Ao final, apresentamos uma análise que relaciona transitividade, gênero e tipologia textual, com o intuito de verificar as operações da organização transitiva na constituição do gênero carta do leitor.

4.2. Ação prototípica

A partir dos critérios adotados para a análise qualitativa dos dados, selecionamos, para esta seção, ocorrências cujos verbos de ação encontram-se mais próximos do protótipo da transitividade. É a partir da noção de prototipia que se pretende analisar a função da ação na organização textual das cartas do leitor. Seguem as análises das ocorrências arroladas:

(52) *estou mandando essa carta para falar sobre o caso dos sem tetos que envadiram o prédio inacabado e abandonado no St. Santo Antônio em Aparecida de Goiânia (A. K.)*

O enunciado acima apresenta três núcleos oracionais: a perífrase *estou mandando*, o infinitivo *falar* e *envadiram*. Perífrases construídas com *estar* + *verbo no gerúndio*, denotando aspecto cursivo, são usos recorrentes no *corpus* analisado. Ao total, foram cinco ocorrências desse tipo.

Já *invadir* é o verbo mais utilizado pelos alunos, devido ao tema proposto pela professora. Entre as dez cartas do leitor, encontramos nove usos flexionados do verbo. Assim, verificaremos a transitividade desse evento.

A estratégia sintática utilizada pelo usuário da língua no enunciado acima é: V SN (S) (S). Em outras palavras, a perífrase *estou mandando* tem como argumentos um SN (eu), representado, lingüisticamente, na flexão verbal, um sintagma nominal (*essa carta*) e forma a oração que encabeça as duas orações seguintes. A primeira é uma oração adverbial final, introduzida pela preposição *para*, cuja função é, além de denotar finalidade, motivar o esquema transitivo desse enunciado.

Isso significa afirmar que a oração adverbial final iniciada por *para* e pelo verbo *falar* introduzem o conteúdo a ser dito no ato de fala. Embasados em Halliday (1985), podemos dizer que *falar* expressa processo verbal, justamente pelo fato de representar o mundo do dizer, de viabilizar ao falante da língua a oportunidade de iniciar a codificação do dito.

Nesse sentido, na organização do conteúdo expresso, o falante opta por uma oração relativa *que envadiram o prédio inacabado e abandonado no St. Santo Antônio em Aparecida de Goiânia*.

Quanto à valência, a perífrase *estou mandando* é trivalente, visto que a estrutura argumental básica que ela viabiliza é X estar mandando Y à Z. Neste caso, X é o

argumento *eu*, representado na flexão verbal. Y é o SN *essa carta* e Z representa *para falar sobre o caso dos sem tetos*. Cumpre dizer que o argumento Z, em geral, como argumento do verbo mandar no sentido de enviar, expressa um destinatário. Mas, no uso em questão, o falante optou por expressar a finalidade da carta.

Ao observarmos o verbo *envadiram*, dentro da oração relativa, percebemos que sua valência é 3, pois há três argumentos preenchidos, o sujeito *eles (sem tetos)*, representado na flexão do verbo, um SN (*o prédio inacabado e abandonado*) e um SP optativo (*no St. Santo Antônio em Aparecida de Goiânia*).

Em relação aos processos expressos pelos verbos que Halliday (1985) propõe, a perífrase *estou mandando* exprime processo material, pois demonstra aspecto cursivo discernível em mundo físico. Ou seja, o usuário da língua, ao enunciar *estou mandando essa carta*, não tem a intenção exclusiva de estabelecer a interlocução. Há o intuito, também, de expressar a idéia de enviar algo materializado para alguém – nesse caso, o envio da carta aos editores do jornal *O Popular*.

O verbo *invadir* também exprime processo material, uma vez que apresenta a idéia de deslocamento do agente perceptível fisicamente. No entanto, é válido ressaltar que o deslocamento expresso por *invadir* não é autorizado, aceito socialmente. Esse ponto é fundamental na compreensão da estrutura argumentativa construída pelos alunos em seus textos. O sentido do verbo *invadir* é uma espécie de julgamento da ação de ocupar um determinado *locus*. E essa escolha verbal feita pelo falante dá indícios de seu posicionamento diante do tema: *invadir* não é uma ação aceita socialmente.

Considerando os estudos a respeito dos objetos de Givón (1984), *essa carta*, em *estou mandando essa carta*, pode ser discutida tanto à luz dos objetos com mudança de lugar do paciente quanto dos verbos com parte do sujeito em movimento. Isso acontece porque *estou mandando* tem sentido de *enviar*. Logo, o paciente afetado *essa carta* pode, sim, mudar de lugar, após o seu envio.

Em contrapartida, a perífrase, por denotar uma ação, a de *enviar*, do sujeito (*eu*), apresenta o movimento feito por esse sujeito, bem como o contato dele com o objeto. Esse fato mostra que *estou mandando*, mesmo denotando ação, no que tange ao objeto, não se aproxima totalmente dos requisitos básicos que garantem a transitividade prototípica, formada por um sujeito agente, um verbo de ação e um objeto paciente e afetado.

Estou mandando essa carta possui sujeito agente e verbo de ação, mas seu objeto tem um comportamento que transita entre objetos nos eventos transitivos

prototípicos (mudança de lugar do paciente) e objetos nos eventos transitivos não-prototípicos (verbos com parte do sujeito em movimento). Isso ocorre porque, ao mesmo tempo, a carta é um objeto possível de ser transferido de lugar e também é uma produção materializada do sujeito, que por sua vez a movimenta no ato de enviá-la.

Já o verbo *envadiram* possui dois objetos: *o prédio inacabado e abandonado e no St. Santo Antônio em Aparecida de Goiânia*. Os dois objetos, em conjunto, denotam a idéia de locativo, básica na constituição do Estado de Coisas de *invadir*.

Segundo Givón (1984), um objeto direto locativo, em geral, é referência para um sujeito que se movimenta ou que se localiza num dado espaço. E é essa relação que o falante deseja expressar no enunciado em questão. Isto é, a referência de lugar (*prédio inacabado e abandonado*), de setor (*no St. Santo Antônio*) e de cidade (*em Aparecida de Goiânia*) têm a função de apresentar onde o sujeito da ação se move, para que o leitor da carta seja informado do *locus* em que ocorreu o fato discutido no texto.

Cabe, então, observar como a transitividade configura-se segundo os parâmetros sintático-semânticos de Hopper; Thompson (1980) nas sentenças com os verbos *estou mandando* e *envadiram*:

(52a) *estou mandando essa carta*

participantes: o predicado seleciona dois, sendo um humano (*eu*);

cinese: a perífrase indica ação;

aspecto: *estou mandando* é aspecto cursivo, portanto não houve transferência completa da ação;

pontualidade: a perífrase não é pontual, pois a duração da ação não é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito é intencional;

polaridade da oração: afirmativa;

modalidade da oração: modo *realis*;

agentividade do sujeito: sujeito é agentivo;

afetamento do objeto: o objeto foi parcialmente transferido ao paciente;

individuação do objeto: o objeto é singular, contável e definido, considerando-se a materialidade da carta.

Através dos parâmetros acima, é possível afirmar que a transitividade da sentença em questão tende a ser alta. O aspecto, a pontualidade e o afetamento do objeto foram os parâmetros que denunciaram uma transitividade mais baixa, devido ao aspecto

cursivo da perífrase. Portanto, *estou mandando* não é télico. Vejamos a organização transitiva da sentença com o verbo *envadiram*:

(52b) *envadiram o prédio inacabado e abandonado no St. Santo Antônio em Aparecida de Goiânia*

participantes: o predicado seleciona quatro, sendo um humano (*sem-tetos*) e um opcional *no St. Santo Antônio*;

cinense: o verbo indica ação;

aspecto: o verbo é perfectivo, pois expressa ação já completa;

pontualidade: o verbo é pontual, pois a duração da ação é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito é intencional;

polaridade da oração: afirmativa;

modalidade da oração: modo *realis*;

agentividade do sujeito: sujeito é agentivo;

afetamento do objeto: o objeto foi totalmente transferido ao paciente;

individuação do objeto: o objeto é singular, contável e definido.

A sentença (52b), em todos os parâmetros, demonstra transitividade alta. Essas duas sentenças, então, conforme Hopper; Thompson (1980), podem ser consideradas exemplos próximos da concepção de prototipia do fenômeno. Entretanto, devido ao gênero carta do leitor ser de cunho argumentativo/opinativo, as ações podem estar em espectros diferentes, não tão próximas da concepção de ação totalmente associada ao mundo material. No caso de *estou mandando*, por exemplo, há o movimento no plano material (enviar algo) e no plano discursivo. E *envadiram* é uma ação, mas pressupõe julgamento social desse *fazer*.

Nas cartas do leitor analisadas, encontramos dois usos que podem ser comparados ao *envadiram*. Um é a perífrase *foi invadido*, em:

(53) *um prédio inacabado no setor Santo Antônio em Aparecida de Goiânia foi invadido por 70 famílias de sem-teto (H. L.)*

Essa ocorrência é uma versão apassivada do uso de *invadiram*, recorrente nos textos verificados. A passivização é um recurso utilizado nessa sentença com o intuito

de enfatizar o objeto e a própria ação. A ação favorece o espectro resultativo do objeto, o que culmina em uma afetação total. Assim, o sujeito, a partir dessa estruturação sintática, posiciona-se como agente da passiva. Conforme Camacho (2002), essa é uma estratégia do usuário da língua denominada de perspectivização. Tal recurso viabiliza a mudança de posição dos argumentos, em um dado enunciado, com propósitos comunicativos.

O falante, nesse caso, quis atenuar o sentido de *invadir* a fim de não julgar com maior ênfase a atitude dos sem-teto. Outro uso que pode ser comparado ao de *invadir* é o verbo *chegar* na seguinte sentença:

(54) *Muitas vezes algumas pessoas chegam nas sua terras tipo seu lote, chacara e fazendas e pedem um pouco de terra e vendem tudo*
(E. G.)

O verbo *chegar*, nessa ocorrência, ameniza o sentido de *invadir*, até mesmo devido à comparação entre os sem-teto e os sem-terra estabelecida nesse trecho da carta do leitor. Dessa maneira, o verbo *chegar* assume sentido de *invadir* via processo de extensão metafórica, pois o conceito fonte *deslocamento* expresso em *invadir* foi transferido a *chegar*.

É importante salientarmos que *chegar* é um verbo cujo sentido está concentrado na idéia de ponto final da trajetória realizada por um agente. Já *invadir* tem o sentido de deslocamento não autorizado socialmente, pois ocorre uma ocupação, ou seja, o agente permanece no local. Assim, podemos afirmar que, no caso do verbo *invadir*, a idéia de trajeto e a concepção de permanência no lugar após a ação são consideradas.

Portanto, a partir do tema em discussão e da possibilidade de extensão metafórica, o aluno fez uso de *chegar* com sentido de *invadir*.

(55) *Os fiscais e policiais foram até o local* (A. K.)

Essa ocorrência foi escolhida para a análise qualitativa por representar a ação de deslocamento mais prototípica, formada com o verbo *ir*. Nesse sentido, a sentença é ativa, constituída de sujeito agente, verbo de ação e objeto locativo direcional. Sua estrutura sintática é representada da seguinte maneira: SN (*Os fiscais e policiais*) V (*foram*) SP (*até o local*).

Quanto à valência, *foram* é bivalente, pois seleciona dois argumentos, como mostra a expressão X foram a Y. No que concerne aos processos propostos por Halliday (1985), *foram* exprime processo material, visto que de nota o deslocamento de um elemento no espaço físico, perceptível, direcionado a um determinado lugar.

Em relação ao objeto, *até o local* caracteriza-se como objeto locativo direcional. O uso da preposição *até* reforça a referência para um sujeito que se movimenta ou que se localiza num dado espaço. E é isso que acontece com o sujeito *Os fiscais e policiais*. O objeto *até o local* aponta a referência do deslocamento denotado por *foram*.

Cumprir dizer que Givón (1984), ao tratar de verbos com objeto direto locativo diz que o uso das preposições está relacionado à perspectivização. Isso significa que a preposição expressa o ponto de referência da movimentação do sujeito. Contudo, em muitas línguas, como no inglês, é possível encontrar eventos que denotam trajetória associada ao locativo sem a preposição, como em:

(56) *She entered the house (= 'go into the house')*⁶³

O exemplo (56) demonstra que o verbo *entered* (entrar), por extensão metafórica, exprime todo o sentido da trajetória, não sendo obrigatório explicitar a preposição. O próprio verbo é capaz de expressar todo o deslocamento e o ponto de referência da movimentação do sujeito.

Portanto, é o verbo, e não a preposição que propicia a perspectiva a ser adotada no evento. Por isso que há, em muitas línguas, o objeto direto locativo. Mas, na ocorrência (55), que é do português do Brasil, a preposição se revela como importante recurso lingüístico. Ela e o verbo apresentam a perspectiva de trajetória e o ponto de referência do deslocamento realizado pelo sujeito.

Após essas constatações, veremos como a organização transitiva é disposta em (55) através dos parâmetros sintático-semânticos de Hopper; Thompson (1980):

participantes: o predicado seleciona dois, sendo que, no SN, há dois elementos preenchendo a função sujeito (*fiscais e policiais*);
cinese: o verbo indica ação;

⁶³ Ela entrou a casa (= 'entrou na casa')

aspecto: o verbo é perfectivo, pois houve transferência completa da ação;
 pontualidade: o verbo é pontual, pois a duração da ação é delimitada;
 intencionalidade do sujeito: sujeito é intencional;
 polaridade da oração: afirmativa;
 modalidade da oração: modo *realis*;
 agentividade do sujeito: sujeito agentivo;
 afetamento do objeto: objeto afetado, pois há transferência de ação ao objeto;
 individuação do objeto: o objeto é concreto, singular e referencial.

Os parâmetros acima mostram que a transitividade tende a ter grau alto nessa ocorrência. Isso acontece porque o verbo *ir* é usado em sua forma mais prototípica, aproximando-se, em todos os parâmetros, da concepção de transitividade prototípica.

(57) *o governo não dá moradia para os pobres* (F. D.)

Encontramos nas 10 cartas de leitor analisadas ocorrências em que o verbo *dar* exprime ação se comportando como verbo pleno, na seguinte configuração: X dá Y a Z.

Assim, optamos em analisar essa ocorrência a fim de demonstrar a ação plena que o verbo *dar* pode explicitar em usos do PB. A estratégia sintática dessa ocorrência é: SN1 NEG V SN2 SP. O SN1 é o sujeito humanizado *o governo*; NEG representa a negação presente na sentença; V é o verbo *dar*; SN2 exprime o objeto direto a ser dado e SP expressa o destinatário que receberá o objeto dado. Nesse sentido, a relação entre sujeito, objeto e destinatário é de transferência.

Quanto à valência, *dar* é trivalente, visto que pede o preenchimento de três argumentos (X dá Y a Z). No que tange aos processos observados por Halliday (1985), *dar* é processo material, porque denota a transferência perceptível de algo para um destinatário no mundo físico.

Considerando Givón (1984), o objeto *moradia* pode ser caracterizado como mudança de lugar do paciente, pois a relação de transferência supracitada implica movimento desse objeto. Já o outro objeto, o SN *para os pobres* se comporta como o recipiente do primeiro objeto.

Dessa maneira, tem-se a seguinte configuração da transitividade, de acordo com os parâmetros sintático-semânticos de Hopper; Thompson (1980):

participantes: o predicado seleciona três, sendo dois humanizados (*o governo e os pobres*);

cinese: o verbo indica ação;

aspecto: o verbo é perfectivo, pois houve transferência completa da ação;

pontualidade: o verbo é pontual, pois a duração da ação é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito é intencional;

polaridade da oração: negativa;

modalidade da oração: modo *realis*;

agentividade do sujeito: sujeito agentivo;

afetamento do objeto: objeto afetado, pois há transferência de ação ao objeto;

individuação do objeto: o objeto é concreto, singular e referencial.

Os parâmetros acima mostram que a transitividade, nessa ocorrência, também tende a ter gradiência alta. Isso acontece porque o verbo *dar* é usado em sua forma mais plena, aproximando-se, assim, da concepção de transitividade prototípica.

4.3. Ação não-prototípica

Nesta seção, apresentamos os usos verbais em que a ação se desvia da noção de prototipicidade. Arrolamos ocorrências a fim de demonstrar esses usos, como eles se comportam dentro do esquema da transitividade do *corpus* analisado. A ação não-prototípica também é importante para verificarmos qual é a tendência do fenômeno nas cartas do leitor em ambiente escolar, pois ela constitui as sentenças que se posicionam, principalmente, no início e na finalização dos textos.

(58) *Dedico essa carta aos editores do 'O Popular' (H. L.)*

Essa ocorrência funciona como vocativo, ou seja, é o momento em que o aluno estabelece a interlocução com o destinatário. Entre as dez cartas analisadas, oito apresentam o seguinte vocativo: *Senhores editores do jornal "O Popular"*, e, um texto tem como vocativo *Senhores editores*.

Essas nove cartas demonstram que a tendência do vocativo, em termos de recorrência no *corpus*, é de não possuir verbo em sua constituição sintática. No entanto,

H. L. opta por usar verbo nesse tipo de construção típica do gênero carta, situando-se na contramão da tendência do *corpus*.

Tal *contramão*, ou melhor, uso lingüístico inovador, se justifica pelo fato desse usuário da língua, motivado pragmaticamente, ter notado que a carta do leitor é algo construído, via escrita de opinião, para alguém. E o verbo *dedicar* representa a idéia de transferência: X fez algo destinado à Y.

Em outras palavras, como a função do vocativo é expressar a interação entre falantes, o uso de *dedicar* em uma construção que estabelece a interlocução mostra as diversas possibilidades que a língua oferece aos seus usuários. Por isso, essa ocorrência terá sua transitividade analisada.

Em primeira instância, observamos que o verbo *dedicar* apresenta-se como trivalente, pois, na estrutura argumental básica, *dedicar* seleciona três argumentos: SN1 dedicar SN2 SP. Isso se traduz em X dedica Y a Z.

Nesse sentido, verificamos que o usuário da língua, na ocorrência em questão, utiliza o verbo sem o primeiro argumento, por perceber que *dedico* exprime o sentido do SN1, não tendo, portanto, a obrigatoriedade de explicitá-lo na sentença. Esse tipo de conversão ocorre porque a morfologia flexional do PB propicia ao verbo flexionado a possibilidade de representar os sentidos do próprio verbo e do primeiro argumento que o acompanha.

Quanto à estratégia sintática, a sentença é ativa. Givón (1984) estuda o comportamento dos objetos prototípicos, bem como dos não-prototípicos e reconhece a possibilidade dos verbos serem bi-transitivos, ou seja, de estarem acompanhados de objeto direto e indireto. Esse é o caso da ocorrência (58), em que *essa carta* é um objeto direto que pode se deslocar a uma meta. E essa meta é um objeto indireto dativo-beneficiário (*aos editores do O Popular*). Segundo Givón (1984, p. 114), “comumente, a meta/fonte do objeto indireto é um *dativo/humano*, que é freqüentemente construído por inferência como um beneficiário para a transação”. Assim, *aos editores do O Popular* é a meta dativo/humana, consciente que compõe o objeto indireto.

Outra questão importante é a natureza semântica do objeto. Por ser uma carta, o usuário não dedica algo do mundo físico (como uma flor ou uma bola, por exemplo), e, sim, do domínio discursivo, do dito, das idéias. Uma carta do leitor é uma entidade que tem variadas funções, como reclamar, solicitar, parabenizar, concordar, discordar etc. Desse modo, o objeto não assume caracteres físicos e, por isso, a sentença não é de ação

prototípica. Sintaticamente, como já afirmamos, ela é ativa. Contudo, a natureza do objeto mostra que essa ação não é material. É, na verdade, do mundo do dizer.

Conforme Halliday (1985), os processos verbais remetem à idéia do “dizer”, da troca verbal entre falantes. Furtado da Cunha; Souza (2007) afirmam que os processos verbais mostram relações simbólicas produzidas na mente e representadas pela linguagem.

É válido destacar que esse “dizer” é amplo, pois configura diferentes significações no que tange à troca verbal. Uma prova disso é o que acontece com o verbo *dedicar* na ocorrência. Esse verbo faz parte de uma sentença que introduz a carta. Esse fato é uma estratégia do usuário de se posicionar como falante. Dessa maneira, *dedicar*, neste uso, expressa um processo verbal.

Após essas observações a respeito do verbo e do objeto, faz-se necessário reconhecermos a transitividade numa perspectiva frasal. Analisando a sentença a partir dos parâmetros sintático-semânticos de Hopper; Thompson (1980), podemos visualizá-la da seguinte maneira:

participantes: o predicado seleciona três – (*eu*), *essa carta* e *editores do O Popular*;

chinese: o verbo *dedicar* é de ação, mas essa ação é do mundo do dizer;

aspecto: o verbo *dedicar* é perfectivo, pois houve transferência completa da ação;

pontualidade: o verbo *dedicar* é pontual, pois a duração da ação é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito intencional;

polaridade da oração: afirmativa;

modalidade da oração: modo *realis*;

agentividade do sujeito: sujeito agentivo;

afetamento do objeto: o objeto foi totalmente transferido ao paciente;

individuação do objeto: o objeto carta tem, de certo modo, materialidade. Ela é singular, contável e definida. Em contrapartida, podemos considerar também, no objeto carta, o conteúdo relacionado ao *dicto*, que é inanimado, abstrato, plural, incontável.

A partir dos pressupostos de Hopper; Thompson (1980), a sentença aponta uma tendência para a transitividade mais alta. Os parâmetros mais relacionados ao verbo e aos participantes confirmam esse ponto de vista. Contudo, principalmente considerando-se a individuação do objeto, é possível dizer que essa ação é não-

prototípica. O que é dedicado pertence ao espectro do que é dito. Assim, sintaticamente, o grau da transitividade é alto, mas as características do objeto apontam para uma ação não-prototípica.

(59) *Agradesso á publicação dessa carta* (E. G.)

Ocorrências com o verbo *agradecer* aparecem, nas cartas analisadas, sempre na despedida do texto. Isso comprova o fato de a ação estar presente em toda a estruturação da carta e, por isso, selecionamos uma sentença com esse verbo a fim de verificarmos sua transitividade.

A estratégia sintática da ocorrência acima é V SN SP, em que V é *agradesso*, SN é *á publicação* e SP é *dessa carta*. E, quanto à valência, o verbo é bivalente. Novamente, não há preenchimento do primeiro argumento porque a flexão verbo-nominal consegue expressar o sentido desse elemento, que é o *eu*.

Nesse sentido, pautados em Halliday (1985), podemos afirmar que *agradesso* exprime processo verbal, visto que, através desse uso, o falante finaliza o texto interagindo com seu interlocutor a partir do espectro do dito.

Desse modo, com o intuito de observarmos a transitividade em abrangência frasal desse enunciado, utilizaremos os parâmetros sintático-semânticos de Hopper; Thompson (1980):

participantes: o predicado seleciona dois, sendo que um é humano, não realizado foneticamente (*eu*);

cinese: o verbo é de ação, mas essa ação é do mundo do dizer;

aspecto: o verbo é perfectivo, pois houve transferência completa da ação;

pontualidade: o verbo é pontual, pois a duração da ação é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito intencional;

polaridade da oração: afirmativa;

modalidade da oração: modo *realis*;

agentividade do sujeito: sujeito agentivo;

afetamento do objeto: o objeto foi totalmente transferido ao paciente;

individuação do objeto: o objeto é indefinido, comum, abstratizado.

De acordo com Hopper; Thompson (1980), a sentença tem grau mais alto de transitividade. Mas vale salientar que o verbo tem um sentido de ação no espectro do dizer, o que o distancia da concepção de verbos de ação do mundo material, perceptível, ou seja, do processo de fazer, considerando os pressupostos de Halliday (1985). O parâmetro individuação do objeto também aponta essa tendência, pois o objeto, assim como o sentido de *agradecer*, expressa uma idéia mais abstrata, no mundo das emoções e dos sentimentos.

(60) *O líder do grupo disse que a construção do prédio estava inacabada* (A. R.)

Essa ocorrência, de acordo com Halliday (1985), é o exemplo mais típico de processo verbal, até mesmo porque ela contém o verbo *dizer*, que, assim como o *falar*, introduz o conteúdo em um ato de fala.

Casseb-Galvão (2001) reconhece a expressão *diz que* como altamente produtiva no que concerne a introdução de conteúdos em um ato de fala. E essa função, segundo a autora, dentre as diversas possibilidades de uso do *diz que*, é uma das mais utilizadas pelo falante do PB.

Assim, a estrutura sintática desse enunciado é: SN1 V S, em que SN1 é o sujeito, V é o verbo e S é a sentença complemento, encaixada. O verbo, nesse caso, é bivalente, pois seleciona dois argumentos para constituir a estrutura argumental. Nessa ocorrência, como o *diz que* introduz um ato de fala, o conteúdo é expresso por meio de uma nova sentença.

Dessa maneira, nos apoiamos nos parâmetros sintático-semânticos de Hopper; Thompson (1980) a fim de verificar a transitividade numa perspectiva frasal:

participantes: o predicado seleciona dois, sendo que um é humano e outro oracional;

cinese: o verbo é de ação, mas essa ação é do mundo do dizer;

aspecto: o verbo é perfectivo, pois houve transferência completa da ação;

pontualidade: o verbo é pontual, pois a duração da ação é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito intencional;

polaridade da oração: afirmativa;

modalidade da oração: modo *realis*;

agentividade do sujeito: sujeito agentivo;

afetamento do objeto: o objeto foi totalmente transferido ao paciente;

individuação do objeto: o objeto, que é o conteúdo do ato de fala, é abstratizado.

A sentença tende a apresentar um grau mais alto de transitividade. No entanto, o verbo tem um sentido de ação no espectro do *dizer*, o que o distancia da concepção de verbos de ação do mundo material. E o parâmetro individuação do objeto nos mostra que por ele [o objeto] ser abstratizado, isto é, por ser conteúdo informacional de *disse que*, a ação denotada pelo verbo acaba se distanciando do seu sentido prototípico.

(61) *estudo no colégio Aplicação* (R. C.)

No *corpus* analisado, houve uso considerável de verbos de ação do plano mental, como *estudar, aprender, pensar*. Desse modo, consideramos importante mostrar o comportamento da transitividade em uma dessas ocorrências.

A estratégia sintática dessa sentença é V SP, em que V é *estudo* e, SP, *no colégio Aplicação*. Em relação à valência, (61) é bivalente. Conforme Halliday (1985), os processos comportamentais são os que exprimem sentidos materiais e mentais ao mesmo tempo. Assim, *estudo* pode ser entendido como componente dessa categoria, pois denota um fazer do mundo físico, mas com espectro mental.

Nesse sentido, veremos como a organização transitiva se dá, nessa ocorrência, a partir dos pressupostos de Hopper; Thompson (1980):

participantes: o predicado seleciona dois, sendo que um é humano e implícito;

cinese: o verbo é de ação, mas essa ação é do mundo mental;

aspecto: o verbo é imperfectivo, pois ainda não há um limite final na estrutura temporal interna do evento. E *estudo* expressa a idéia de hábito ;

pontualidade: o verbo é pontual, pois a duração da ação é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito intencional;

polaridade da oração: afirmativa;

modalidade da oração: modo *realis*;

agentividade do sujeito: sujeito agentivo;

afetamento do objeto: o objeto foi totalmente transferido ao paciente;

individuação do objeto: o objeto é definido, concreto e singular.

Mais uma vez, a sentença tende a apresentar um grau mais alto de transitividade. Contudo, o verbo tem sentido de ação no âmbito mental, sem desconsiderar o mundo material. E quanto ao parâmetro individuação do objeto, nessa ocorrência, o objeto é definido e concreto, por ter a função de identificar a instituição a que o aluno se vincula. Esse recurso é usado pelo falante a fim de se apresentar na introdução de sua carta do leitor. Nesse aspecto, quanto à individuação do objeto, (61) se diferencia das demais ocorrências analisadas nessa seção.

A próxima ocorrência a ser analisada mostrará o uso do verbo *fazer*. Cumpre dizer que, nas dez cartas analisadas, não encontramos o verbo *fazer* em uma estrutura transitiva prototípica, ativa, como: X fez Y. No entanto, encontramos o uso de *fazer* em oração condicional e outro uso apassivado.

(62) *Se o governo fizesse tudo isso os sem teto teriam uma vida digna de cidadão brasileiro* (H. L.)

O enunciado configura-se, sintático-semânticamente, como uma oração condicional, realizada de modo *irrealis*. Portanto, a base dessa estratégia sintática é a concepção de hipótese. Ou seja, numa dada circunstância, se algo acontecer, haverá um resultado disso. Neves (2000, p. 832) aponta a existência, em uma oração condicional, da prótase e da apódose. A prótase é a oração que expressa a condição. Já a apódose expressa aquilo que é condicionado. Logo, a relação entre prótase e apódose pode ser representada pelo esquema:

ORAÇÃO 1: condição para realização – *Se o governo fizesse tudo isso*

ORAÇÃO 2: consequência / resultado da resolução da condição enunciada – *os sem teto teriam uma vida digna de cidadão brasileiro*.

Ainda, conforme a autora, o resultado presente na oração 2 pode ser pautado nas seguintes configurações: realização/fato; não-realização/não-fato; e realização eventual/fato eventual. O caso em análise enquadra-se na não-realização/não-fato, visto que a prótase *Se o governo fizesse tudo isso* demonstra que o governo não faz algumas ações, acarretando no não-fato expresso na apódose *os sem teto teriam uma vida digna de cidadão brasileiro*.

Outro ponto relevante é a questão da ordem nas construções condicionais. A ordem prototípica desse tipo de construção em português é: conjunção SE/oração

condicional/oração principal. Neves (2000, p. 836) justifica essa opção sintática ser comumente utilizada através do princípio da iconicidade:

- 1) enuncia-se primeiro a ocorrência de um **estado de coisas** como **assentamento de uma condição (prótase)**, que pode ou não ser satisfeita;
- 2) a partir daí (e, portanto, em subsequência), enuncia-se um **estado de coisas** como **factual / contrafactual / eventual (apódose)**, em dependência do preenchimento daquela condição.

Em outras palavras, em uma condicional o usuário da língua quer, em primeira instância, estabelecer uma condição para o acontecimento ou não de um fato. Esse sentido de condição se realiza no modo *irrealis*, isto é, no campo da possibilidade. E a motivação icônica que, por meio de conceitos situados em *frames* favorece, na materialidade lingüística, o destaque à condição. Esse destaque, discursivamente, provoca sentidos mais direcionados à prótase, conforme se observa na ocorrência (62).

O falante quis enfatizar em sua argumentação a falta de ações efetivas do governo em relação aos sem-teto. Nesse sentido, a prótase, constituída de um verbo bivalente (SE SN1 fizesse SN2), no pretérito imperfeito do subjuntivo, mostra um *fazer* hipotético. Ou seja, na realidade, a prótase acaba refletindo a ausência de ação, confirmada pela apódose – *os sem teto teriam uma vida digna de cidadão brasileiro*.

A confirmação da falta de ação, por parte do governo, na apódose se dá pelo verbo *ter*. Para Givón (1984), muitas línguas apresentam um verbo estativo *ter*, em que, prototipicamente, o sujeito é o possuidor humano e o objeto é o possuído. No caso de *os sem teto teriam uma vida digna de cidadão brasileiro*, há um possuidor humano (*os sem teto*). Mas a coisa possuída não indica posse de algo físico, e, sim, de um ideal, associado a valores como dignidade, cidadania, identidade nacional (*vida digna de cidadão brasileiro*).

O verbo *ter* no modo subjuntivo e no tempo futuro do pretérito (modo *irrealis*) reforça o sentido da não-ação do governo, da hipótese, da condição e da consequência da não-ação: o cidadão brasileiro não consegue ter uma vida digna. Quanto à valência, *ter* é bivalente, apresentando, nessa apódose, a seguinte estrutura sintática: SN1 ter SN2.

Considerando os processos descritos por Halliday (1985), *fizesse* é material, pois mostra o fazer de algo. No entanto, a estrutura condicional explicita justamente o sentido contrário, a idéia do não-fazer. Em outras palavras, o espectro hipotético,

representado pelo verbo no modo *irrealis* e pela própria estrutura condicional leva a um processo material não-prototípico, que se distancia do *fazer* algo em situação física, real.

O verbo *ter* exprime processo relacional, cujo modo é, nos termos de Halliday (1985), possessividade (x tem a). Contudo, nesse caso, o uso de *teriam* alcança dois diferentes sentidos articulados à idéia de posse, que se encontram relacionados: *teriam* expressa que o cidadão brasileiro não tem vida digna, mas também exprime o desejo do enunciador de que o cidadão brasileiro possua, obtenha essa mesma *vida digna*.

Agora, veremos como a transitividade se realiza na oração condicional, através da concepção escalar de Hopper; Thompson (1980).

PRÓTASE: *Se o governo fizesse tudo isso*

participantes: o predicado seleciona dois, sendo um humanizado (a instituição *o governo*);

cinese: o verbo indica ação, mas essa ação está atenuada devido à condicional e o modo *irrealis*;

aspecto: não-perfectivo, pois não houve transferência completa da ação;

pontualidade: não é pontual, pois a duração da ação não é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito não é intencional;

polaridade da oração: afirmativa, mas com sentido de falta de ação;

modalidade da oração: modo *irrealis*;

agentividade do sujeito: sujeito poderia ser agentivo. Contudo, não realiza ação no modo *realis*;

afetamento do objeto: não há transferência de ação ao objeto;

individuação do objeto: o objeto é incontável, indefinido.

APÓDOSE: *os sem teto teriam uma vida digna de cidadão brasileiro*

participantes: o predicado seleciona dois, sendo os dois humanos (*os sem teto e cidadão brasileiro*);

cinese: o verbo é estativo, não indica ação;

aspecto: não-perfectivo, pois não houve transferência completa da ação;

pontualidade: não é pontual, pois a duração da ação não é delimitada;

intencionalidade do sujeito: sujeito não é intencional;

polaridade da oração: afirmativa, mas com sentido de falta de posse;
 modalidade da oração: modo *irrealis*;
 agentividade do sujeito: sujeito não-agentivo;
 afetamento do objeto: não há transferência de ação ao objeto;
 individuação do objeto: o objeto apresenta traço animado. Porém, é abstrato e incontável.

Aplicados os parâmetros sintático-semânticos de Hopper; Thompson (1980) observamos que o grau da transitividade da estrutura condicional analisada é baixo. A ausência de ação e o modo *irrealis* fizeram com que os outros parâmetros também não registrassem características mais próximas da estrutura transitiva prototípica, constituída de um agente, um verbo de ação e um objeto afetado e individuado.

(63) *A reportagem foi feita pelo o jornal O Popular (R. C.)*

Nessa ocorrência, o aluno optou pela passivização para destacar o termo reportagem. As possíveis imbricações discursivas desse uso são:

- o realce da referência, ou seja, de qual lugar e voz que o aluno obteve conhecimento do tema a respeito dos sem-teto para, assim, ter tido a motivação em escrever a carta do leitor;
- o enunciador pode ter usado a passiva por julgar mais relevante comunicativamente destacar o resultado do *fazer* (o produto) em primeiro plano. A consequência sintática dessa estratégia é o sujeito humanizado se posicionar como agente da passiva.

Após a análise dos dados considerando-se a ação prototípica e a ação não prototípica, relacionamos, na próxima seção, os pressupostos de transitividade com gênero e tipologia textual.

4.4. Relação entre gênero, tipologia textual e transitividade

Em primeira instância, cumpre dizer que este estudo é funcionalista, pois vê a transitividade como mecanismo gramatical, cuja função é organizar a oração e,

conseqüentemente, o texto (NEVES, 1991), mas considera as bases conceituais de Bakhtin (2000) concernentes aos gêneros do discurso. Optamos por esse diálogo teórico porque a transitividade organiza a materialidade lingüística. E, esta mesma materialidade, para circular socialmente, fazer sentido(s) aos usuários da língua, isto é, para ser usada em situações de interação, encontra-se ancorada aos gêneros do discurso.

Os gêneros do discurso estão associados à idéia de enunciado: eles [os gêneros] são enunciados individuais, em que “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279; grifo do autor). Trabalhar com os gêneros do discurso não significa desconsiderar a unicidade e o dinamismo de uma interação verbal, mas reconhecer que, com a finalidade de construir estratégias comunicativas em qualquer ambiente de interação, a própria língua – manifesta no enunciado – faz uso de alguns *eixos*, de certo modo, *padronizados*, que se adequam a cada momento de interação verbal.

Assim, podemos dizer que Bakhtin (2000) visualiza os gêneros como entidades sociais, históricas e culturais. Eles estão presentes nas atividades cotidianas, atendendo aos propósitos comunicativos dos usuários da língua.

Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa (MARCUSCHI, 2005, p. 19).

Vale salientar que os gêneros são dinâmicos, passíveis de mudanças e podem servir de base para o aparecimento de novos gêneros. Um exemplo disso é a própria carta. Ela tem variadas funções e tipos. Existem cartas pessoais, comerciais, de leitor, aberta entre outras. Cada uma é produzida em situações específicas de interação.

Contudo, a interlocução, o reconhecimento de um destinatário e de um remetente são características presentes em todas as cartas. E, como ressalta Marcuschi (2005, p. 19), a *cultura eletrônica* propiciou o surgimento de novos gêneros. O *e-mail*, espécie de mensagem em correio eletrônico, que permite materialidade curta ou longa enviada por meio da *Internet*, é um exemplo disso. Antes da massificação da *Internet*, esse gênero não existia. Agora, ele faz parte de nosso cotidiano e suas bases estruturais são semelhantes a da carta.

Após essa breve exposição acerca do dinamismo da entidade gênero do discurso, cabe lembrarmos que os *eixos*, de certo modo *padronizados*, compõem, na verdade, os

tipos textuais. Conforme Koch; Elias (2007, p. 119) “os gêneros são formados por seqüências diferenciadas denominadas **tipos textuais**”. Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que os tipos textuais tecem a estrutura do texto e a conseqüência disso é a materialização do gênero.

Para a análise da transitividade em cartas do leitor, reconheceremos primeiro a funcionalidade e a dinamicidade do gênero. Ou seja, verificaremos se os textos cumprem, de fato, com os propósitos sócio-discursivos da carta do leitor. Em seguida, observaremos os tipos textuais em concomitância com as perspectivas teóricas da transitividade. Desse modo, faz-se necessário apresentar os tipos textuais.

Adam (2001), pautado na idéia de certa estabilidade dos enunciados, proposta por Bakhtin (2000), utiliza a nomenclatura “seqüências textuais” e aponta cinco diferentes seqüências componentes de um texto: narrativa, argumentativa, descritiva, explicativa e dialogal.

A seqüência narrativa se caracteriza pela sucessão de eventos, organizados por processos e dentro de uma unidade temática. Isso significa dizer que a narrativa tem um começo, um meio e um fim e, por isso, apresenta referências de tempo/espaço bem delimitadas. Já a seqüência argumentativa possui a função de convencer, persuadir o interlocutor no momento de interação verbal.

O esquema argumentativo consiste, basicamente, na apresentação de um dado ou elemento explícito de sustentação (um argumento) e uma conclusão (um predicado), passando por um *topos* (um já dito). (BONINI, 2005, p. 221).

A seqüência argumentativa se sustenta por já-ditos selecionados pelos interlocutores a fim de atender os propósitos de convencimento. Os já-ditos, por serem de conhecimento dos interlocutores, é um recurso bastante pertinente na construção dos argumentos.

De acordo com Adam (2001), a seqüência descritiva se constitui em três partes: ancoragem, estabelecimento de relação entre entidades e percepção geral do tema. A descrição é um recurso bastante atrelado à narrativa e quase não aparece como marca predominante de um texto.

A descrição é a seqüência menos autônoma dentre todas. Dificilmente será predominante em um texto. Sua ocorrência mais característica é como parte da seqüência narrativa, principalmente na

parte inicial (a situação) quando são introduzidos o espaço e os personagens do fato. (BONINI, 2005, p. 222).

A explicação é uma seqüência que visa mostrar uma idéia. Ela não tenta convencer como um argumento, mas tem o intuito de apontar um estado de conhecimento. E, finalmente, a seqüência dialogal é composta de mais de um interlocutor, visto que sua função é demonstrar a troca verbal entre os usuários da língua. Marcas lingüísticas relacionadas à interlocução são exemplos de seqüência dialogal.

Essa breve exposição acerca das concepções de gênero e tipologia sedimenta a análise pretendida, pois a transitividade será observada a partir da materialidade tipológica que viabiliza as imbricações sócio-discursivas próprias do gênero. Dessa maneira, optamos por utilizar, nessa seção, os pressupostos teóricos de Halliday (1985) a respeito da transitividade. O autor, com sua concepção de linguagem pautada nas metafunções, observa o fenômeno em âmbito oracional. A oração é a representação lingüística das experiências vividas no mundo pelos falantes de uma língua.

Desse modo, a oração, antes de estar estruturada lingüisticamente, passa por processos cognitivos em que os usuários de uma língua reconhecem os elementos externos, da realidade que desejam expressar, enunciar, para, enfim, realizarem construções mentais a partir dessa percepção da realidade.

Nesse sentido, verificamos que a consideração das experiências vividas no mundo no tratamento da transitividade possibilita um diálogo teórico adequado com as concepções de gênero do discurso e tipologia textual, sem perder a noção da transitividade como fenômeno organizacional, de abrangência frasal. A cognição, a percepção do que se quer enunciar são fatores importantes, pois, de certa forma, auxiliam na constituição discursiva dos sentidos e dos propósitos comunicativos.

Logo, as discussões de Bakhtin (2000) a respeito de gêneros do discurso, bem como as seqüências tipológicas e as características da carta do leitor são importantes suportes teóricos da análise, pois, como veremos adiante, o gênero, materializado e realizado na situação de interação, em forma de texto, influencia na organização transitiva.

Assim, verificamos 10 cartas do leitor para análise qualitativa, com a finalidade de mostrarmos a tendência da organização transitiva do *corpus*. Ao analisarmos esses textos, notamos uma configuração, de certo modo padronizada, no que tange à estrutura

básica do gênero. Por isso, segue uma carta que representa a tendência do *corpus* quanto à estrutura básica da carta do leitor.

Estudante: E. G.

Tema: Ocupação de sem-tetos em prédio da região metropolitana de Goiânia

Turma: 4ª série A

12. 02. 03

Senhores editores do jornal “O Popular”

Sou aluna do CEPAE-UFG estou na 4ª série, mas já aprendi grande coisa, soube através da mídia a invasão no Setor Santo Antônio em um prédio da construtora Fontenelle, nele começaram a morar 27 famílias e cerca de 70 pessoas Sem-teto.

Sei que na vida pessoas conseguem tudo com seu próprio suor além do mais nada é de graça. Essas pessoas sem teto podiam fazer o mesmo conseguir um emprego e ter um pouco de ajuda do governo como seus programas que começam a reconstituir as suas vidas.

Muitas vezes algumas pessoas chegam nas suas terras, tipo seu lote, chácara e fazendas e pedem um pouco de terra e vendem tudo esses é que estão errados deveriam ir pra justiça!

Agradesso a
publicação dessa carta ass: E. G.

A carta do leitor acima foi escrita por E.G, estudante de quarta série do CEPAE/UFG. Essa carta tem como tema a ocupação de sem-tetos em prédio da região metropolitana de Goiânia.

O texto atende as expectativas do gênero. Segundo Bezerra (2005, p. 210), a carta do leitor é um gênero do discurso que circula em meio jornalístico, cuja situação de produção apresenta a ausência de contato imediato entre remetente e destinatário. Os propósitos comunicativos desse gênero são variados. Eles podem expressar opinião, reclamação, agradecimento, elogio, solicitação, crítica etc. Outro ponto relevante presente na carta do leitor é a questão do domínio público, uma vez que, quem escreve esse tipo de carta, tem consciência de que ela pode ser editada e também publicada.

A partir da sócio-discursividade inerente ao gênero, as cartas do leitor do *corpus* analisado, em sua materialização lingüística, apresenta a seguinte tendência na organização formal:

1. Local e data
2. Destinatário
3. Apresentação, identificação, caracterização de quem escreve
4. Motivo de escrita da carta
5. Propósitos comunicativos (solicitação, reclamação, entre outros)
4. Despedida

Percebe-se que essa organização contém traços existentes em qualquer tipo de carta. Contudo, a condição de produção é que singulariza esses textos.

A Profa. Dra. Lusinete Vasconcelos de Souza (CEPAE/UFG), docente de língua portuguesa responsável pelas turmas estudadas, realizou uma interface entre o uso real do gênero e a apreensão de elementos lingüísticos presentes em qualquer tipo de carta. Em outras palavras, a professora mostrou a aplicação dos recursos lingüísticos de cartas (como interlocução, local e data, destinatário/remetente), reconhecendo as especificidades da carta do leitor.

Na leitura dos textos em análise, notamos que eles apresentam as prerrogativas sócio-discursivas do gênero, bem como os elementos que garantem a materialização da carta do leitor.

No texto em questão, o autor escreve aos editores do Jornal *O Popular*. Essa postura mostra que o aluno entendeu o *locus* social de circulação do gênero (no caso, um jornal); o propósito comunicativo possível nesse tipo de situação de interação (reclamar, opinar); a não proximidade com seu interlocutor (destinar aos editores do jornal) e o domínio público da carta.

Quanto à materialização lingüística, a carta contém data, destinatário (*Senhores editores do jornal O Popular*) e inicia-se com apresentação do remetente (*Sou aluna do CEPAE-UFG estou na 4ª série*), prática recorrente nos textos analisados.

O texto explicita o motivo de escrita da carta, uma vez que opina sobre a ocupação de sem-tetos em prédio da região metropolitana de Goiânia (*soube através da mídia á invasão no Setor Santo Antônio em um prédio da construtora Fontenelle, nele começaram á morar 27 famílias e cerca de 70 pessoas Sem-teto*). E. G. demonstra ainda, em sua despedida, ter consciência da probabilidade de publicação da carta do leitor (*Agradesso á publicação dessa carta*).

Esse reconhecimento se faz necessário porque o objetivo maior deste estudo é observar a organização transitiva das cartas do leitor dos alunos de quarta série do CEPAE/UFG. E a certificação da apreensão, pelos alunos, em relação ao gênero é um indicativo fundamental para compreendermos as funções e usos da transitividade nos textos componentes do *corpus* em questão.

Por tratarmos de um fenômeno de cunho gramatical, reconhecemos a necessidade de recorrermos à materialidade lingüística dos gêneros. Nesse sentido, os tipos textuais se revelam como fundamentais na verificação da relação entre estrutura textual e sócio-discursividade. “É evidente que em todos [os] gêneros também se está realizando tipos textuais podendo ocorrer que um mesmo gênero realize dois ou mais tipos. Assim, um texto é em geral tipologicamente variado (heterogêneo)” (MARCUSCHI, 2005, p. 25).

Então, é através dos tipos que percebemos a constituição lingüística, gramatical dos gêneros. Considerando a transitividade como mecanismo gramatical responsável por organizar a sentença e, conseqüentemente, o texto, há de se reconhecer uma relação entre transitividade e tipo textual.

Para isso, recorreremos às noções teóricas de Adam (2001) e Marcuschi (2005). Como dito anteriormente, Adam (2001) prevê a existência de seqüências textuais. Elas são tipos relativamente estáveis que promovem a materialização do texto. Conforme o autor, os gêneros podem apresentar as seguintes seqüências: narrativa, argumentativa, descritiva, explicativa e dialogal.

A abordagem de Marcuschi (2005) assemelha-se de Adam (2001). No entanto, ao invés de seqüências, o autor as denomina como tipos textuais e a seqüência dialogal é, para Marcuschi (2005), o tipo injuntivo.

A seguir, há um quadro que mostra as seqüências – e/ou tipos – textuais presentes na carta analisada:

Seqüências textuais	Exemplos
Descritiva	12.02.03
Dialogal/Injutiva	Senhores editores do jornal “O Popular”
Descritiva	Sou aluna do CEPAE-UFG estou na 4ª série
Argumentativa	mas já aprendi grande coisa
Dialogal/Explicativa	soube através da mídia á invasão no Setor Santo Antônio em um prédio da construtora Fontenelle,
Narrativa	Nele começaram a morar 27 famílias e cerca de 70 pessoas sem-teto.
Dialogal/Argumentativa	Sei que na vida pessoas conseguem tudo com seu proprio suor além do mais nada é de grasa.
Argumentativa	Essas pessoas sem teto podiam fazer o mesmo conseguir um enprego e ter um pouco de ajuda do governo como seus programas que começam á reconstituir ás suas vidas.
Narrativa/Argumentativa	Muitas vezes algumas pessoas chegam nas sua terras, tipo seu lote, chacara e fanzemdas e pedem um pouco de terra e vendem tudo
Argumentativa	esses é que estão errados deveriam ir pra justiça!
Dialogal/Injutiva	Agradesso á publicação dessa carta ass: E. G. S.

Quadro 6: Seqüências textuais da carta do leitor

A partir do exposto, é correto afirmar que a visualização das seqüências tipológicas na carta auxilia na análise da transitividade. A carta se inicia com as seqüências descritiva, com data (12.02.03), e a dialogal/injutiva (*Senhores editores do jornal “O Popular”*). Segundo Adam (2001), a seqüência dialogal pressupõe a participação de mais de um interlocutor no momento da interação. Essas marcas de diálogo são essenciais em um gênero que tem como uma das principais características a interlocução.

Após a instauração do remetente, do interlocutor, a partir dessas marcas típicas de uma carta, as idéias são de fato iniciadas com uma descrição: *Sou aluna do CEPAE-UFG estou na 4ª série*. Essas descrições funcionam como apresentação do remetente da carta que, segundo os pressupostos sócio-discursivos, regerá vozes e já-ditos em prol de manifestar, em um todo argumentativo, suas opiniões no texto. Nessa sentença, de acordo com as concepções de Halliday (1985), temos o participante *eu* em (*eu*) *sou* e a circunstância *aluna de 4ª série do CEPAE-UFG*. Os verbos que processam a experiência do participante nessa dada circunstância são *ser* e *estar*.

Ser expressa processo relacional, do tipo intensidade e modo identificador. O verbo *ser*, no contexto, exprime relação de identidade da voz de quem escreve a carta e, conseqüentemente, da voz que articulará outras vozes. E *estar* encontra-se acompanhado do sintagma *na 4ª série*, articulando *eu* à circunstância *4ª série* a fim de identificar de onde esse *eu* enuncia. A presença do verbo *estar* ligando participante e circunstância se configura como um recurso gramatical cuja função é estabelecer relação entre entidades distintas.

Por isso, *estar*, nos termos de Halliday (1985), é considerado como processo relacional, tipo circunstância e modo identificador. A seqüência descritiva, em geral, apresenta verbos estáticos remetendo a uma circunstância de lugar. Isso justifica o uso de processos relacionais e comportamentais, visto que esses processos não expressam as idéias prototípicas de ação, ou movimento e, sim, idéias concernentes ao espectro de estado, cognição e relação de entidades lingüísticas.

Seguindo a análise, a próxima seqüência encontrada é a argumentativa (*mas já aprendi grande coisa*). A sentença é composta de dois participantes – *eu* e *grande coisa* – e do verbo *aprender*, que é um processo mental de cognição realizado pelo *eu*. Esse processo demonstra uma certa preocupação, por parte de E. G, em ser ouvido em sua reclamação.

Apesar da pouca idade, de cursar a quarta série, o aluno tem condições de se posicionar perante um jornal, uma vez que detém conhecimento de mundo. Um verbo de cognição representa conhecimento. *Aprender* envolve sentidos calcados na apreensão do conhecimento e o uso desse verbo é, de fato, uma estratégia de convencimento, de apresentar ao interlocutor suas experiências relacionadas ao saber. Dessa maneira, reconhecemos que o uso de processo mental de cognição é um recurso importante quando se quer argumentar.

A sentença *soube através da mídia á invasão no Setor Santo Antônio em um prédio da construtora Fontenelle* é ancorada em duas seqüências, uma dialogal e uma explicativa. O verbo *saber*, flexionado na primeira pessoa do singular, explicita o estabelecimento do diálogo entre remetente e destinatário. E *saber*, ao contribuir na interação, apresenta a idéia de conhecimento. *Saber* é processo mental de cognição e seleciona um SN sujeito e uma S como complemento.

Cumprir destacar que o autor da carta, através da circunstância, *a invasão de um prédio no Setor Santo Antônio*, delimita o tema sobre o qual irá opinar no decorrer de todo o texto (*a invasão do prédio*). Esse ponto é relevante porque a delimitação do tema faz com que o texto não saia de seu principal propósito comunicativo, que é opinar acerca da invasão dos sem-teto em prédio da região metropolitana de Goiânia. Desse modo, a circunstância também justifica o uso da seqüência explicativa, pois revela o conteúdo informacional principal do texto.

A próxima seqüência que aparece no texto é a narrativa. Apesar da carta do leitor ser um gênero de cunho opinativo, os alunos do *corpus* pesquisado utilizam a narração como recurso em prol do todo argumentativo que o gênero exige. Na seqüência narrativa há exemplos que mostram situações relacionadas ao tema discutido. Sendo assim, o predicado que constitui a seqüência narrativa *Nele começaram a morar 27 famílias e cerca de 70 pessoas sem-teto* contém os participantes *Nele* (o prédio), *27 famílias* e *70 pessoas sem-teto*. A circunstância indicada é o fato de habitar o prédio. O predicado é perifrástico, *começar a morar*. Nessa ocorrência, *morar* é o centro lógico-semântico da sentença e o seu sentido, no contexto, aponta mudanças físicas. *Começar* tem a função de marcar o início do processo físico (morar) instaurado no prédio, a perífrase representa processo material.

Embora a idéia de materialidade não seja a mais prototípica, *começar a morar* apresenta o processo material como recurso de expressão da experiência humana. Como já foi dito, a narrativa, em especial a que envolve circunstâncias e participantes humanos ou humanizados, pede o uso de verbos que delineiam a idéia de *fazer*. Dessa maneira, podemos afirmar também que E. G. utiliza de dados numéricos (*27 famílias, cerca de 70 pessoas Sem-teto*) com a intenção de propiciar mais exatidão e veracidade ao fato a ser comentado. Todas essas estratégias estão a serviço dos propósitos comunicativos de natureza argumentativa inerentes ao gênero carta do leitor.

A carta, também apresenta uma seqüência dialogal/argumentativa: *Sei que na vida pessoas conseguem tudo com seu proprio suor além do mais nada é de grasa*. O

enunciado é formado de modo complexo, a partir de duas sentenças. A primeira encabeçada pelo verbo *saber* e a segunda pelo verbo *ser*. O autor se apropriou de um discurso capitalista bastante reproduzido socialmente e construído pela metonímia, o suor é trabalho. Este é baseado no sacrifício com fins de obtenção de bens materiais. Tal discurso se configura como um já-dito, selecionado por E. G. para fins argumentativos.

O primeiro verbo (*saber*, flexionado como *sei*) é um processo mental de cognição, uma vez que representa o saber, o conhecimento de causa. O segundo verbo, *conseguir*, denota ação realizada que culmina em mudanças. Mesmo não sendo um exemplo prototípico de mudança física, perceptível, é possível considerar *conseguir* como processo material. E o primeiro verbo da segunda sentença (*ser*, flexionado como *é*) expressa processo relacional, pois articula os sintagmas *nada* e de *grasa*. A variedade de processos na seqüência dialogal/argumentativa acontece porque a argumentação admite domínios discursivos do dizer e da cognição.

A carta segue com uma seqüência argumentativa que marca nitidamente a opinião do autor: *Essas pessoas sem teto podiam fazer o mesmo conseguir um emprego e ter um pouco de ajuda do governo como seus programas que começam á reconstituir ás suas vidas*. Esse argumento é uma possibilidade de ação dos sem-teto, que expressa a opinião do autor. Os participantes são *essas pessoas sem teto, emprego, programas e vidas*. A circunstância é o que os sem-teto devem fazer para sair dessa condição.

Os verbos que compõem essas sentenças são *poder fazer, conseguir, ter* e a perífrase *começar a reconstituir*. Todos são processos materiais, mesmo demonstrando ações pertencentes ao espectro da *possibilidade*. E as conseqüências alcançam mudanças físicas, bem como sociais. Vale salientar que tal possibilidade de ação é um discurso vinculado ao anterior [trabalho como suor]. Contudo, possui o acréscimo da concepção de emprego como solução social, condição *sinequanon* para obter valores como dignidade e respeito.

Logo, o uso de processos materiais na argumentação se apresenta nesse momento porque, como já foi dito, há situações comunicativas em que o argumento pede ilustração, exemplo do mundo. E a experiência de argumentar sugerindo ações, como acontece na ocorrência, é expressa por predicados indicadores de processos materiais.

Em *Muitas vezes algumas pessoas chegam nas suas terras, tipo seu lote, chacara e fazendas e pedem um pouco de terra e vendem tudo* notamos o uso de uma seqüência narrativa. Ela vem após um argumento para exemplificar situações ligadas

aos sem-teto. No caso, o autor relaciona sem-teto e sem-terra. O exemplo fortalece o ato argumentativo e leva ao efeito de sentido pretendido na argumentação, que é estabelecer comparações entre sem-teto e sem-terra com o intuito de mostrar a reprovação do autor em relação às ações desses movimentos sociais.

Esse trecho narrativo possui *algumas pessoas* como participante e a ocupação dos sem-terra como circunstância. Nessa ocorrência, há processo material que denota trajetória (*chegar*), processo verbal (*pedir*) e processo material (*vender*). No caso do processo verbal, E. G. sinaliza a voz e o dizer dos sem-terra com o verbo *pedir*. Assim, esse processo de dizer coloca os sem-terra como meros pedintes, não como vozes detentoras do direito de possuir uma terra com fins de subsistência. O processo verbal, então, está a serviço de demonstrar a opinião de quem escreve a carta a respeito dos sem-terra.

A relação construída entre sem-terra e sem-teto demonstra que o autor já consegue estabelecer inferências produtivas e pertinentes. Prova disso é a explícita opinião sobre os sem-terra marcada no texto. De acordo com E. G, os sem-terra vendem o que recebem na reforma agrária e, por isso, *esses é que estão errados deveriam ir pra justiça!* Nessa sentença argumentativa, os verbos *ser*, flexionado como *é*, e *estar*, flexionado como *estão*, representam processos relacionais, visto que funcionam como articuladores de entidades da sentença (*esses/errados*). O efeito do processo relacional, aqui, é qualificar (*errados*) ao participante (*esses*), contribuindo na construção da circunstância *quem está errado deve ser julgado*. Já *dever ir* expressa processo material, pois remete a um movimento de condição.

O argumento em questão se configura como bastante persuasivo, pois seu objetivo comunicativo é tentar convencer o interlocutor e representar de maneira consistente a opinião do autor, de que a justiça deve punir os sem-terra.

A carta é finalizada com seqüência dialogal marcada pelo participante *eu* e pela circunstância de despedida inerente ao gênero: *Agradesso á publicação dessa carta*. Essa é uma maneira polida de o autor agradecer a atenção do leitor e de se despedir de seus interlocutores.

É importante salientar que E.G. agradece contando com a publicação do texto. Isso é uma marca de persuasão, bem como de certeza da materialização da divulgação de suas opiniões e solicitações. Desse modo, *publicarem* é processo material. Já o verbo *agradecer* aqui é um processo verbal, porque explicita o dizer de quem escreve.

A carta do leitor produzida por E.G. possui as marcas características do gênero, como: estabelecimento da interlocução; argumentação de opiniões sobre um determinado fato; consciência de que a carta do leitor é veiculada por algum meio de comunicação de cunho jornalístico etc.

Nesse universo, todos os processos vislumbrados por Halliday (1985) estão representados na organização transitiva da carta. Contudo, pelo fato do gênero ser de opinião, os processos estão mais concentrados no campo da cognição, da percepção, do conhecimento, da argumentação, da criação de situações possíveis, mas não concretizadas no momento da carta. Mesmo os processos materiais, de certo modo, possuem tais características. Os processos materiais existentes no texto de E. G. não são exemplos prototípicos dessa categoria.

A respeito da questão da forte presença de seqüências narrativas e da dificuldade em se reconhecer se determinada seqüência é narrativa ou argumentativa, uma vez que se mostraram formalmente híbridas, Wachowicz (s.d.) afirma que o tipo narrativo é, em geral, o que traz a ação ao texto, pois marca a perfectividade (tempo/duração da ação). Assim, o aluno, nas cartas do leitor, utiliza esse recurso a fim de sedimentar seus argumentos, pois o tipo narrativo traz à baila exemplos aplicados do argumento em mundo real. A narração, como afirma Wachowicz (s.d.), é o tipo primeiro que o ser humano conhece e utiliza. Dessa maneira, o aluno que ainda com pouco domínio da elaboração da argumentação faz uso da narração para o fim argumentativo.

Essa carta do leitor mostrou que o autor regeu diferentes vozes em seu processo textual, partindo da própria heterogeneidade do gênero. Sua própria voz, chamando as vozes dos editores, dos leitores e atuando ao lado de outras culmina, sobretudo, em um processo polifônico bem construído, pois a interação aconteceu, com êxito, justamente por essa regência de vozes bem articulada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi o de analisar a organização transitiva de cartas do leitor produzidas em ambiente escolar, no CEPAE/UFG. Para tanto, consideramos os pressupostos funcionalistas da linguagem postulados por Dik (1997) e Halliday (1973, 1978, 1985). Dik (1997) afirma que a linguagem ocorre via interação social, em que falante e ouvinte usam a língua a partir de suas intenções pragmáticas. Já Halliday (1985) assegura que a língua se organiza por meio de metafunções e estas se encontram a serviço dos usuários da língua.

Hopper; Thompson (1980), a partir de dez parâmetros sintático-semânticos visualizam a transitividade no âmbito frasal, considerando o verbo como núcleo gerador da organização transitiva de toda a sentença e, conseqüentemente, de todo o texto. Esse trabalho, que propõe um tratamento gradiente desse fenômeno, serviu de referência seminal para se observar a transitividade no gênero em questão.

Desse modo, considerou-se a transitividade como o mecanismo responsável por organizar toda a sentença, podendo atingir graus mais altos ou baixos. Os graus mais altos ocorrem quando a sentença se aproxima da transitividade mais prototípica, formada pelo sujeito agente, verbo de ação e objeto paciente. Já os graus mais baixos ocorrem quando a organização transitiva se desvia do protótipo.

Outras referências para esta pesquisa foram Givón (1984,1993a). O autor analisa a transitividade partindo também da estrutura prototípica do fenômeno e se concentra em observar o comportamento dos objetos na organização transitiva. Givón (1984, 1993a) elenca categorias de objeto que se aproximam e que se distanciam do protótipo.

A abordagem de Halliday (1985) a respeito da transitividade difere e complementa as propostas dos autores supracitados, pois ele vê o fenômeno da seguinte maneira: a oração como representação das experiências. Isso significa que o autor observa a transitividade como mecanismo responsável por organizar as experiências humanas expressas na linguagem. Assim, a transitividade seria representada pelos processos, pelos participantes e pelas circunstâncias.

A aproximação entre os postulados de Halliday (1985), de Hopper; Thompson (1980) e de Givón (1984, 1993a) repousa no fato de esses autores considerarem que a transitividade organiza a estrutura da sentença e não é um fenômeno atrelado somente ao verbo, como a Gramática Tradicional prevê. Em suma, a transitividade é de natureza

organizacional e, por isso, articula toda a sentença. As estruturações organizadas pela transitividade se revelam a favor das intenções pragmáticas dos usuários da língua.

Nesse sentido, após essas considerações, cumpre dizer que também nos apoiamos nos pressupostos de Bakhtin (2000) e Marcuschi (2005), bem como nas noções de tipologia textual de Adam (2001). Esses estudos sócio-discursivos foram importantes para compreendermos a estrutura, a funcionalidade, a tipologia, as condições de produção e as imbricações discursivas do gênero de opinião carta do leitor, que compõe o *corpus* de análise.

Com esse aparato teórico, foi possível analisar os textos e delinear a tendência da transitividade em cartas do leitor produzidas em ambiente escolar.

Em primeiro lugar, ao coletarmos os verbos presentes nos dez textos observados para a análise qualitativa, percebemos, embasados em Dik (1997) e Neves (2000), que a grande maioria dos verbos denotam ação. Os usos verbais de processo, posição e estado têm baixa recorrência, se comparados ao espectro da ação.

Seguindo essa perspectiva de recorrência, optamos por analisar a organização transitiva em ocorrências que contemplassem os verbos de ação. Dividimos a análise qualitativa desses dados em duas seções: *ação prototípica* e *ação não-prototípica*.

As sentenças com esses verbos representam estados de coisas do tipo processo material e possuem uma organização transitiva que tende aos graus mais altos, pois há, em geral, o sujeito agente e o objeto paciente.

Na seção *ação prototípica*, notamos que, em geral, as ocorrências são formadas com verbos de ação, perfectivos, sujeito humano (ou humanizado) agentivo, intencional. O comportamento dos objetos varia, pois há casos em que o objeto sofre afetamento total, e também há objetos com afetamento parcial. Portanto, a tendência do grau da transitividade, nessas ocorrências, é de atingir graus mais altos.

Na seção *ação não-prototípica*, a estrutura da sentença se assemelha dos verbos de ação prototípicos. A diferença está no sentido dos verbos, que expressam ações do plano mental, como *estudar*, e do *dizer*, como *agradecer* e *dizer*, e no fato de o objeto, em geral, também denotar materialidade nesses planos.

As estruturas sintático-semânticas das ocorrências analisadas, em geral, atendem aos três traços, de acordo com Givón (1993a, p. 100), que formam eventos de transitividade prototípica:

- (a) Agentividade: o sujeito da oração transitiva prototípica é deliberadamente um agente. Ele realiza uma ação.
- (b) Afetamento: o objeto direto de uma oração transitiva prototípica é concreto, é paciente visivelmente afetado.
- (c) Perfectividade: o verbo transitivo prototípico é télico, indica evento acabado, rápido, suscetível a mudanças e que aconteceu em tempo real.

Após essas constatações, pudemos fazer uma análise a fim de relacionar a transitividade encontrada com o gênero carta do leitor e os tipos textuais que compõem esse gênero.

Para isso, usamos uma carta que representa, estruturalmente, todas as observadas na análise qualitativa e chegamos às seguintes conclusões:

1. os alunos entenderam a estrutura e os propósitos comunicativos do gênero;
2. dentro desse gênero, são utilizados os diferentes tipos textuais, mas a presença da narração tem uma característica importante: como os alunos de quarta série ainda estão aprendendo estratégias argumentativas diversificadas, o tipo narrativo, por ser mais acessível ao usuário da língua, assume função argumentativa considerando a carta do leitor como um todo. Por essa razão, inferimos que o alto número do uso de verbos de ação se deve ao uso da narração como recurso de elaboração textual mais eficiente para os propósitos comunicativos dos usuários da língua, consideradas as condições de produção discursiva;
3. é importante destacarmos que os verbos analisados no *corpus* estão mais relacionados ao espectro da cognição, da percepção, do conhecimento, da argumentação. Até mesmo os processos materiais apresentam essas características. Isso ocorre porque o gênero carta do leitor é de cunho opinativo.

Essas constatações permitem, ainda, respondermos as perguntas de pesquisa que nos motivaram a realizar este estudo. A primeira delas é: Como a transitividade é disposta em cartas do leitor?

Podemos dizer que a organização transitiva, no *corpus* analisado, apresenta predominância do tipo textual narrativo, independentemente dos propósitos comunicativos. A narrativa solicita o uso de verbos que contêm as experiências

humanas no mundo, expectativa atendida por verbos de espectro do *fazer* e por verbos que expressam cognição, percepção, conhecimento.

A segunda questão é: O gênero influencia nessa disposição? Desde o início do estudo, suspeitávamos que essa pergunta tem resposta afirmativa e isso se confirmou após a análise dos dados. O gênero, por deter *eixos*, de certo modo, *padronizados*, nos termos de Bakhtin (2000), possui uma estrutura básica que o caracteriza como tal.

Isso ocorre mesmo ainda que se reconheçam as possibilidades de interface entre diferentes gêneros. Assim, a estrutura da carta do leitor, bem como o tema discutido, influenciaram, sim, na disposição da transitividade. Uma prova disso é a escolha lexical, como o verbo *invadir*, devido ao tema voltado para o universo dos sem-teto, e a estrutura de carta do leitor básica que apresentamos na análise de dados.

Para finalizar, cabe respondermos à última pergunta: Há uma forma recorrente de constituição do gênero no que tange sua materialidade lingüística? De fato, há sim uma forma recorrente de constituição do gênero no que tange sua materialidade lingüística. No caso das cartas do leitor produzidas em ambiente escolar, notamos que as recorrências são: forma verbal ação, tipo textual narração e a estrutura a seguir:

1. Local e data.
2. Destinatário.
3. Apresentação, identificação, caracterização de quem escreve.
4. Motivo de escrita da carta.
5. Propósitos comunicativos (solicitação, reclamação, entre outros).
6. Despedida.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. *Les textes: types et prototypes – récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 2001.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.
- BECHARA, E. A oração: funções oracionais. In: _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 406-461.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 191-200.
- BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor na sala de aula. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 208-216.
- BONINI, A. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 208-236.
- BRASIL. MEC. SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental – Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CABRAL, S. R. S. Carta do leitor – um gênero textual. In: *Vidya*. Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, v. 21, n. 37, (jan./jun.), 2002, p. 213-224.
- CAMACHO, R. G. Construções de voz. In: ABAURRE, M. B; RODRIGUES, A. C. S. (orgs.). *Gramática do Português Falado*, v. 8, Campinas: UNICAMP, 2002, p. 227-316.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e Gramaticalização no PB: os usos da expressão “diz que”*. Tese de Doutorado, Araraquara, 2001.
- CROFT, W. External motivation and the typology of form-function relations. In: _____. *Typology and Universals*. New York / Melbourne: Cambridge University Press, 1990, p. 155-202.
- CUNHA, C.; LINDLEY CINTRA, L. F. O predicado. In: _____. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 132-138.
- DIK, S. C. Methodological preliminaries. In: *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. Ed. by Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de;

MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29-55.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. I, 1984.

_____. *English Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993a.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Language*. Londres: Edward Arnold, 1973 (1973a).

_____. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da Linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Global, v. 1, 1978, p. 125-161.

_____. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. In: BRIGHT, W. (org.). *Language: Journal of the Linguistic Society of America*. Baltimore: Waverly Press, 1980. v. 56. n. 2. p. 251-299.

KADER, C. C. C. A Transitividade em Cartas do Leitor a um Site de Auto-Ajuda. In: *Vidya*. Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, v. 21, n. 37 (jan./jun.) 2002, p. 225-236.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e Compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago. University of Chicago Press, 1980.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 151-166.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-28.

MENDONÇA, N. R. S. O texto jornalístico em sala de aula. In: *Symposium*. Recife: Fasa, ano 3, n. 1, (jan/jun), 1999, p. 19-26.

NEVES, M. H. M. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Uma visão geral da gramática funcional. In: *Alfa*. São Paulo, n. 38, 1994, p.109-127.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PEZATTI, E. G. O Funcionalismo em Lingüística. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. Vol. III. p. 165-218.

RAUBER, A. L. *Interdisciplinaridade e princípios funcionalistas no ensino de Língua Portuguesa: um estudo de caso*. Goiânia, 2005. 181p. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal de Goiás.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. (orgs.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 71-94.

SOUZA, L. V. Gêneros jornalísticos no letramento escolar inicial. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 58-72.

TAYLOR, J. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

WACHOWICZ, T. C. Quando a semântica entra nos textos. In: *Eutomia: revista online de Literatura e Lingüística*, ano I, n. 1.